

Caminhamos juntos.
Somos a ponte para o **sucesso**
da sua empresa.

RELATÓRIO & CONTAS 2023

Mensagem do Conselho de Administração

“Equilíbrio na decisão, empatia na relação e impacto no resultado.”

O presente relatório, propõe de forma integrada, submeter às partes interessadas informações financeiras e não financeiras resultantes do exercício económico de 2023. Descreve o impacto das ações mais relevantes que foram empreendidas no decorrer do ano transato, a nível interno e de negócios, conseqüente desempenho operacional e financeiro. Este também avalia a relação entre os meios próprios disponíveis e as aplicações realizadas, respetivos riscos associados e afere a sustentabilidade da empresa. Igualmente, enumera as ações mais relevantes desenvolvidas junto de entidades externas e destaca as iniciativas de valorização dos colaboradores.

A conjuntura macroeconómica internacional continua incerto e demanda apreensão, devido à contínua e complexa instabilidade geopolítica. Decorrente da manutenção em alta das taxas de juro, motivou a estabilização de preços a nível mundial e conseqüente redução da inflação. Neste cenário, a economia nacional acompanhou a tendência e demonstrou resiliência que, apesar do natural abrandamento, continuou a crescer e a recuperar os níveis de confiança dos investidores e consumidores, onde o fluxo turístico claramente mantém a liderança entre os setores e estimula as demais atividades conexas.

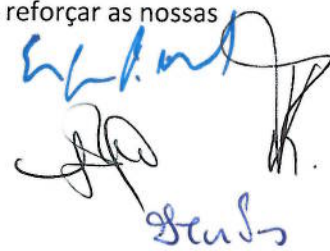
Os resultados financeiros apurados evidenciam a melhoria da performance da Pró-Capital, que contabilizou uma variação positiva de 11% do seu resultado líquido, conseqüência do significativo aumento do produto bancário na ordem de 69%, influenciado sobretudo pela conjugação de fatores, aumento dos proventos das aplicações em ativos fixos e desobrigação de alguns passivos.

O modelo de negócio em vigor na Pró-Capital, demonstra uma tendência gradual para a redução dos resultados negativos. A previdência da Administração tem sido, essencialmente, com a qualidade dos ativos a incorporar na estrutura patrimonial, procurando o equilíbrio financeiro entre os investimentos realizados e o retorno projetado.

O aumento considerável das aplicações em ativos de rendimento fixo provém de ponderada decisão de rentabilização do saldo líquido, precedendo o reforço do património líquido efetuado pelo acionista único, através dos aportes adicionais, que contribui para efetiva valorização dos principais rácios, colocando a Pró-Capital numa posição mais confortável face às regras prudenciais estabelecidas pelo regulador.

O reduzido número de projetos em condições reais de investimento de Equity, determinou que as avaliações de risco de participação fossem feitas com justa ponderação, na salvaguarda da qualidade dos ativos. Contudo, não se deixou de assumir a relevância da vocação do capital de risco, enquanto meio financeiro complementar de alavancagem financeira. Em 2023, a carteira de aplicação de ativos de renda variável aumentou em 61.4 mECV, cerca de 113% em volume de capital quando comparado com o período homólogo, entre novas participações e reforço de posição acionista numa outra. Os aportes foram expressivos em termos absolutos, em projetos de investimento de dimensão e potencial consideráveis, realizados em empresas ligadas aos sectores de agricultura, hotelaria e indústria de transformação e conservação.

Diversas foram as ações promovidas para o reforço da imagem institucional, com contactos estabelecidos a diferentes entidades públicas e privadas bem como, participação em diversas feiras e eventos, alguns na qualidade de *‘sponsor*. Igual destaque para relevância de alguns memorandos de entendimento ratificados com certo número de instituições, das quais se espera que reflitam no acréscimo da demanda de projetos de investimento, ao mesmo tempo que propõe reforçar as nossas competências de análise e decisão.



Em termos de capacitação dos colaboradores, consciente do dever de rigor no controle de gastos, foram realizadas 206 horas de formação, um número de horas quase três vezes superior às realizadas no ano anterior, em formações técnicas e desenvolvimento de habilidades, ministradas a todos os colaboradores, com o propósito de se alcançar ganhos que impactem na qualificação do desempenho individual e coletivo mas sobretudo, que traduza em contínua melhoria na relação e a satisfação junto dos promotores e parceiros.

A Administração reitera a sua firme determinação e compromisso em prosseguir com a implementação de estratégias que resultem no estímulo à iniciativa privada, vencendo o desafio de aumentar a carteira de investimento em participações que garantam mais-valia por ação, contribuindo assim para o desígnio de acelerar e diversificar o crescimento da economia nacional.

Finalmente, estender os agradecimentos a todas as partes relacionadas pela disponibilidade e colaboração estabelecida, em especial aos Órgãos Sociais e Parceiros. Aos Colaboradores o reconhecimento e agradecimento pelo empenho e profissionalismo dispensados no exercício das suas funções.

O Conselho de Administração

Presidente


/Eugénio da Moeda/

Administradora


/Ligia Pinto/

Administrador


/Vladimir do Rosário/

Índice

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	7
1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRÓ-CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA.....	7
1.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO (INTERNACIONAL E NACIONAL) ...	8
1.2.1 CONJUNTURA INTERNACIONAL	8
1.2.2 CONJUNTURA NACIONAL	9
1.3 ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	12
1.4 ORGANIZAÇÃO E CONTROLO INTERNO	14
1.5 RECURSOS HUMANOS	16
1.5.1 POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES.....	20
1.5.2 HONORÁRIOS DO AUDITOR EXTERNO CERTIFICADO.....	20
1.6 COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL.....	21
1.7 PROGRAMAS DE INVESTIMENTO.....	25
1.8 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	26
1.9 PARTICIPADAS.....	28
1.9.1 AGRUPAMENTO COMPLEMENTAR DE EMPRESAS (ACE) PRÓ-TÁXI, SA	28
1.9.2 HOTEL HAPPY DAY, SA.....	29
1.9.3 SONCENT INN & SUÍTES, SA.....	29
1.9.4 PÃO DE AÇÚCAR, SA.....	29
1.9.5 BRAZÃO & FILHOS, SA.....	30
1.11 GESTÃO DE RISCOS	30
1.12 ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	34
1.13 PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO DA PRÓ-CAPITAL.....	34
1.14 EVENTOS SUBSEQUENTES.....	35
2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	36
2.1 RESULTADOS DO EXERCÍCIO.....	36
2.2 RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA.....	41
2.3 RÁCIOS PRUDENCIAIS.....	41
3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	42
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022.....	43



ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Pedro Mendes de Barros

Secretário Alcindo Vieira

Conselho de Administração

Presidente Eugénio Alexandre da Moeda

Administrador Vladimir Amílcar do Rosário

Administrador Lígia Piedade Pinto

Suplente Edney Samir Cabral

Fiscalização

Fiscal Único – Efetivo Luís Alberto da Silva Aguiar


5

Aguiar

QUADRO I – PRINCIPAIS INDICADORES

1. RESULTADOS	Unidade	Variação			
		2023	2022	(%)	Abs.
Margem Financeira	mECV	12 978	7 098	82,84%	5 880
Margem Complementar	mECV	8 300	5 503	50,83%	2 797
Produto Global Atividade	mECV	21 246	12 600	68,62%	8 646
Custos de estrutura	mECV	42 435	36 277	16,97%	6 158
Resultado Líquido	mECV	-21 189	-23 677	-10,51%	2 488
2. DIMENSÃO					
Ativo Líquido	mECV	884 350	658 034	34,39%	226 316
Capitais Próprios	mECV	882 526	654 428	34,85%	228 098
Trabalhadores Ativos	Unid	8	8	0,00%	0
3. RENDIBILIDADE					
Resultado Líquido do Exercício	mECV	-21 189	-23 677	-10,51%	2 488
Cash Flow do Exercício	mECV	-14 597	-19 022	-23,26%	4 425
Resultado do Exercício/Ativo Líquido Médio (ROA)	%	-2,40	-3,60	-	1,20
Resultado do Exercício/Recursos Próprios Médios (ROE)	%	-2,40	-3,62	-	1,22
4. PRUDENCIAIS					
Fundos Próprios	mECV	882 468	654 269	34,88%	228 199
Rácio de Solvabilidade (Aviso 3/2007)	%	196	225	-	-29
Rácio do Imobilizado Líquido (Aviso 4/2007)	%	33 113	16 489	-	16 624
5. FUNCIONAMENTO					
Cost to income	%	200	266	-	-66
Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	mECV	2 656	1 575	69%	1 081
Margem Complementar/Gasto com Pessoal	%	40,51	27,48	-	13,03
Cash Flow/Nº Médio Trabalhadores	mECV	-1 825	-2 378	-23%	-553
Cash Flow/Recursos próprios Médios	%	-1,65	-2,91	-	1,26
Cash Flow/Ativo Líquido Médio	%	-1,65	-2,89	-	1,24



 Paulo

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

No cumprimento dos preceitos estatutários da Pró-Capital, SA, vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral e ao Acionista Único, Estado de Cabo Verde, o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2023.

1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRÓ-CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA

O Governo de Cabo Verde, no âmbito do seu programa de melhoria do acesso ao financiamento das empresas, elegeu o capital de risco como uma importante fonte alternativa de financiamento para criação, desenvolvimento e expansão das Pequenas e Médias Empresas(PMEs).

É assim que o Governo aprovou o DL nº 28/2017 de 30 de junho, alterado pelo DL nº 51/2018 de 20 de setembro, que cria a Pró-Capital – Sociedade de Capital de Risco, Sociedade Unipessoal, SA, com o capital social de mESC 551 000. Com aumento do capital social em junho de 2023 passou a inscrever o montante de mESC 775.792.

A Pró-Capital é uma Sociedade Pública de Capital de Risco, detida pelo Estado de Cabo Verde sob a forma de Sociedade Anónima, que tem por objeto investir em empresas com forte potencial de crescimento e desenvolvimento por meio de aquisição de ações, na perspetiva de retorno sobre o capital investido, mediante investimento minoritário (até 49% do capital social), por período de tempo limitado (máximo de 12 anos).

A Pró-Capital é uma das instituições que integra o ecossistema financeiro, cujo o propósito é de melhorar as condições estruturais de acesso ao financiamento bancário às PMEs, privilegiando a modalidade de coinvestimento com promotores privados. Incluem o ecossistema a PROEMPRESA, que presta assistência técnica no desenvolvimento de ideias de negócio e gestão de empresas, para além da disponibilização de algumas linhas de crédito, e a Pró-Garante que presta garantias parciais a bancos comerciais no financiamento de projetos. Integram ainda esse conjunto de entidades financeiras, o fundo de capital de risco a Pró-Impacto e o Fundo Soberano.

A Pró-Capital iniciou as suas atividades a 1 de julho de 2019 e tem a sua sede na Cidade da Praia, no Prédio BAICenter.



Glauber

1.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO (INTERNACIONAL E NACIONAL)

1.2.1 CONJUNTURA INTERNACIONAL

A conjuntura económica internacional foi, nos últimos seis meses, marcada pela moderação do crescimento da atividade económica global, bem como, dos principais parceiros do país, particularmente, da zona do Euro e do Reino Unido. A atividade económica nos EUA foi, entretanto, mais resiliente, devido em parte, ao dinamismo do mercado de trabalho.

A Zona do Euro, principal parceiro económico do país, registou uma desaceleração no crescimento em volume do Produto Interno Bruto (PIB), no primeiro e segundo trimestre do ano, para respetivamente, 1,1% e 0,5% em termos homólogos. O maior mercado de turistas do país, o Reino Unido, registou uma estagnação do PIB em volume, em 0,2% e 0,4% em termos homólogos, no primeiro e segundo trimestre, respetivamente. No entanto, a economia dos EUA, outro importante parceiro económico do país, foi mais resiliente, tendo registado uma aceleração do PIB em volume em 1,8% e 2,6% em termos homólogos, no primeiro e segundo trimestre, respetivamente, apesar da inflação persistentemente elevada.

As taxas de inflação homólogas da Zona do Euro, dos EUA e do Reino Unido reduziram em agosto de 2023, situando-se em 5,2%, 3,7%, e 6,7%, respetivamente (o que se compara com 9,1%, 8,3%, e 9,8%, em agosto de 2022).

Os efeitos da crise decorrentes da guerra na Ucrânia contribuíram para exacerbar e agravar a volatilidade dos preços, com particular incidência nos bens energéticos e alimentares, resultando na escalada dos níveis de preços para patamares máximos das últimas décadas, particularmente nos EUA e na Europa. Neste contexto, os bancos centrais de referência internacional, têm adotado medidas de políticas monetárias restritivas, das quais se destacam as subidas das respetivas taxas de juro de referência. Nos mercados monetários e cambial de relevância para Cabo Verde, as medidas de política, em particular, as monetárias adotadas na Zona do Euro, traduziram-se no aumento das taxas de juro Euribor e na apreciação do EUR. Assim, as taxas de juro Euribor a um, três, seis, e doze meses aumentaram em agosto de 2023, em respetivamente, 3,6%, 3,4%, 3,1% e 2,8% face a agosto de 2022, e o EUR apreciou 6% em termos efetivos nominais e 7,7% face ao dólar.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos principais indicadores macroeconómicos internacionais.

L. L. R. M. J
8
J. L. S.

Quadro I – Evolução dos Principais indicadores Macroeconómicos Internacionais

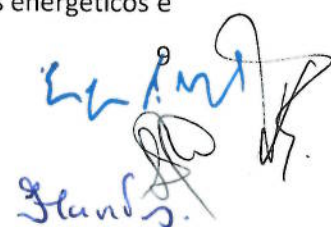
	Crescimento Real do PIB em %		
	2022	2023 ^P	2024 ^P
Economias Avançadas	2,6	1,5	1,4
EUA	2,1	2,1	1,5
Zona do Euro	3,3	0,7	1,2
Alemanha	1,8	-0,5	0,9
França	2,5	1,0	1,3
Itália	3,7	0,7	0,7
Espanha	5,8	2,5	1,7
Japão	1,0	2,0	1,0
Reino Unido	4,1	0,5	0,6
Canadá	3,4	1,3	1,6
Outras Economias avançadas	2,6	1,8	2,2
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,1	4,0	4,0
China	3,0	5,0	4,2
India	7,2	6,3	6,3
Rússia	-2,1	2,2	1,1
Brasil	2,9	3,1	1,5
México	3,9	3,2	2,1
Marrocos	1,3	2,4	3,6
Arábia Saudita	8,7	0,8	4,0
Nigéria	3,3	2,9	3,1
África do Sul	1,9	0,9	1,8
Economias Emergentes e de renda média	4,0	4,0	3,9
Países em desenvolvimento de baixa renda	5,2	4,0	5,1

Fonte: Perspetivas Económicas Mundiais, FMI, Outubro 2023
P - Projeções

1.2.2 CONJUNTURA NACIONAL

O contexto externo repercutiu-se no desempenho da economia nacional. O Produto interno bruto em volume registou um abrandamento, crescendo 5.8% no primeiro semestre, quando no período homólogo, cresceu 18.9%. A procura mais contida, os critérios de concessão de crédito mais restritivos para as empresas e a moderação da procura externa turística, condicionaram o crescimento económico no primeiro semestre do ano. O abrandamento do crescimento do PIB alargou-se a quase todos os setores de atividade, com particular destaque, para os serviços ligados ao turismo. Contudo, até dezembro de 2023, Cabo Verde bateu recorde no turismo, com mais de um milhão de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, representando um aumento de 20,9% em comparação com 2022. Os números atingidos em 2023, equivalem praticamente a aquilo que são as metas do PEDS II para 2026 (1,2 milhões de turistas). Na base desses resultados está sobretudo o bom combate a pandemia realizada pelo país.

Apesar de pressões em sentido ascendente dos preços do petróleo no mercado internacional, a inflação em Cabo Verde continua a reduzir, refletindo a queda dos preços dos produtos energéticos e



dos produtos alimentares. Com efeito, em agosto de 2023, a taxa de variação média do índice de preços no consumidor fixou-se nos 5,8% e a taxa de variação homóloga nos 2,9%.

Em resultado destes desenvolvimentos, as perspetivas atualizadas do Banco de Cabo Verde apontam para a manutenção da tendência de abrandamento da atividade económica nacional até ao final de 2023, devido: (i) ao desvanecimento gradual dos efeitos positivos de arrastamento do processo de recuperação da crise pandémica (com o fim das restrições e a reabertura da economia) que se iniciou em 2021 e culminou em 2022; (ii) à conjuntura externa menos favorável, com o menor dinamismo nos principais parceiros económicos do país, com implicações ao nível da procura turística, que deverá ser mais moderada; (iii) aos efeitos cumulativos da inflação (apesar de estar a reduzir, continua ainda em níveis elevados); (iv) às condições de financiamento mais apertadas e os critérios de aprovação pelos bancos de novos empréstimos mais restritivos, em particular para as empresas, com impacto na redução da procura de crédito e, por conseguinte, nas decisões de investimento e; (v) a incerteza sobre a oferta e os preços da energia e sobre a confiança dos agentes económicos, perante as preocupações recentes de uma oferta insuficiente de petróleo com a decisão dos países da OPEP + de reduzirem a produção.

No entanto, em 2024 e 2025, o crescimento do PIB em volume deverá recuperar gradualmente, com a melhoria dos rendimentos reais das famílias sustentada pela descida da inflação e com o aumento da procura externa turística em linha com a melhoria das perspetivas económicas dos principais parceiros. Contudo, o crescimento continuará a ser condicionado pelas repercussões na economia real de uma maior restritividade das condições de oferta de crédito com implicações na redução da procura de crédito, bem como, pela retirada gradual das medidas de apoio orçamental de compensação pela alta dos preços da energia (face à queda prevista nos preços futuros dos produtos energéticos no mercado internacional).

Assim, estima-se que o crescimento anual do PIB real desacelere para 5,1% em 2023, antes de recuperar gradualmente para 4,7% e 5,4% em 2024 e 2025, respetivamente.

A taxa de inflação deverá reduzir gradualmente e atingir os níveis consistentes com o objetivo de estabilidade dos preços em 2025, favorecida pela expectativa de queda dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas no mercado internacional e pela normalização das cadeias de abastecimento globais e redução para 4% em finais de 2023 (8% em 2022) e 2,2% em 2024, para finalmente situar-se em torno de 1% em 2025. Importa ainda destacar a variação de outros relevantes indicadores macroeconómicos, nomeadamente a redução do deficit da balança corrente, decorrente da considerável melhoria da performance fiscal, reduzindo o recurso ao financiamento, o que gerou um impacto positivo no estoque da dívida. Registou-se um superavit da balança comercial de bens e

aumento da massa monetária decorrente do aumento dos ativos monetários, em particular dos meios externos.

Em termos de política monetária para os próximos meses, o Banco de Cabo Verde (BCV), após um período em que adotou um conjunto de medidas de políticas monetárias acomodatórias, para fazer face aos efeitos da crise pandémica na economia nacional, em maio, deu início à normalização gradual da sua política monetária, com a subida das suas taxas de juro de referência, colocando a taxa diretora em 1%, a taxa de Cedência de liquidez em 1,25% e a taxa de absorção de liquidez em 0,55%.

Mas, afigura-se oportuno, dado a subida das taxas de forma acelerada na Zona Euro, o banco central proceder, mais uma vez, ao ajustamento das medidas de política monetária em vigor, procurando acautelar os fatores de risco para evolução das reservas cambiais do país. Assim, considerando a necessidade de: (i) reduzir o diferencial entre as taxas de juro internas e aquelas praticadas nos mercados internacionais, em particular na Zona Euro; (ii) conter os riscos associados à saída de capitais do país; (iii) garantir a sustentabilidade do regime cambial de *peg* fixo da moeda nacional ao Euro e (iv) contribuir para atenuar as pressões inflacionistas no país.

Com efeito, o Banco Central decidiu ponderadamente pelas seguintes medidas:

- 1) Aumento da taxa diretora (TRM) em 25 pontos base, de 1% para 1,25%;
- 2) Aumento da taxa de juro das facilidades permanentes de absorção de liquidez em 15 pontos base, de 0,55% para 0,70%;
- 3) Aumento da taxa de juro das facilidades permanentes de cedência de liquidez em 25 pontos base, de 1,25% para 1,50%;
- 4) Aumento da taxa de redesconto em 50 pontos base, de 2% para 2,50%, para fazer face às necessidades de liquidez por parte da banca;
- 5) Manutenção do coeficiente de reservas mínimas de caixa (DMC) nos atuais 10%, visando a manutenção da estabilidade do sistema financeiro nacional.

Quadro II – Estrutura das Taxas de Juro do Banco Central (BCV)

Taxas	Atuais	Novas	Varição em Pontos base
Taxa Diretora (TRM)	1,00	1,25	25
Taxa de facilidade Permanente de Cedência de Liquidez	1,25	1,50	25
Taxa de Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez	0,55	0,70	15
Coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa	10,00	10,00	0
Taxa de Redesconto	2,00	2,50	50

Fonte: Banco de Cabo Verde

Quadro III – Indicadores Económicos de Cabo Verde

	Unidade	2021 ^E	2022 ^E	2023 ^P		2024 ^P		2025 ^P
				abr-23	out 23	abr-23	out-23	out/23
Sector Real								
PIB real	variação em %	5,6	17,1	4,1	4,5	5,3	4,7	5,4
Sector Externo								
Défice Corrente	em % do PIB	12,4	3,1	2,4	2,9	1,7	3,0	2,2
RIL/Importações	meses	7,5	6,0	5,7	5,8	5,4	5,6	5,6
Sector Monetário								
Índice de Preços no Consumidor	v.m.a em %	1,9	8,0	4,9	4,0	2,2	2,2	1,0
Ativo Externo Líquido	variação em %	5,2	8,3	2,8	0,6	5,3	1,1	4,1
Crédito à Economia	variação em %	6,1	5,3	3,8	4,5	4,0	4,3	5,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde, outubro 2023

P - Projeções; E - Estimativas; v.m.a - variação média anual

1.3 ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Em cumprimento do seu mandato, e no âmbito das suas atribuições de instituição financeira supervisionada pelo Banco de Cabo Verde, a Administração da Pró-Capital procurou dotar a instituição dos recursos técnicos e operacionais bem como implementar os instrumentos de gestão previsional aprovados pela Assembleia Geral.

MISSÃO

A Pró-Capital assume um papel central na criação e desenvolvimento de empresas, mediante a entrada de capital e assistência técnica e financeira à gestão do negócio. A Sociedade de capital de Risco – Pró-Capital, SA é uma Instituição financeira de capital integralmente pública, tutelada pelo Estado.

VISÃO

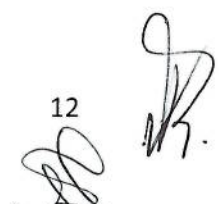
Impor-se como instituição financeira no epicentro da promoção do capital de risco em Cabo Verde, norteadas pela solidez financeira, rigor, transparência, e reconhecidas pelo seu papel no desenvolvimento das empresas nos diversos setores da economia.

PROPÓSITO

Comprometidos com o fortalecimento do tecido empresarial.



12



Handwritten signature

VALORES

Ética

Agir com integridade, transparência, honestidade e lealdade, com sentimento de partilha, de entreajuda, de responsabilidade e assegurar que a atividade da instituição financeira é prosseguida de acordo com rigorosos princípios éticos.

Compromisso com os Clientes

Adotar nas relações com os clientes, diligência, neutralidade, lealdade, discrição e respeito consciencioso dos interesses confiados, e garantindo que os dados pessoais dos clientes, bem como os dados das suas operações, não são usados para outros fins, atuando com cortesia, discrição e lealdade, e respeitando os princípios da não-discriminação, tolerância e igualdade de oportunidades.

Compromisso com a Sociedade

Garantir o cumprimento das regras legais existentes no que respeita a conflitos de interesses e aos deveres profissionais que recaem sobre a instituição financeira e respetivo pessoal, incluindo a atuação socialmente responsável e o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

EXCELÊNCIA

Pautar pelo aperfeiçoamento contínuo dos seus padrões de desempenho para responder às expectativas da sociedade e dos colaboradores e, contribuir para a afirmação de uma imagem institucional de excelência, de rigor e de competência, procurando manter-se alinhado às melhores práticas internacionais.

LEMA

CAMINHAMOS JUNTOS.

Somos a ponte para o sucesso da sua empresa.

ESTRUTURA DE CAPITAL

A Pró-Capital é uma Sociedade de Capital de Risco de capitais exclusivamente públicos. O capital social é de mESC 775.792, totalmente subscrito pelo Estado de Cabo Verde, dividido em 775.792 ações com valor nominal de 1.000\$00 cada. As ações são nominativas, podendo revestir em forma meramente escritural ou serem representadas por títulos, podendo incorporar 1000 ou múltiplos de 1000 ações. Podem ser emitidos títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 1000 e 10.000 ações.



13



Flu. n.º 13

1.4 ORGANIZAÇÃO E CONTROLO INTERNO

A Pró-Capital continuou os esforços de adequação dos recursos aos objetivos da instituição, nomeadamente com as instalações, recursos humanos, instrumentos de gestão, normas e procedimentos internos paralelamente às atividades de promoção e divulgação junto da classe empresarial.

Ao longo de 2023, a Pró-Capital continuou a apostar numa forte comunicação, visando o reforço da proximidade com o público interno e externo e a melhoria dos serviços. Assim, contratou em prestação de serviços, uma especialista em comunicação e marketing por um período de 6 meses. Os serviços contratados compreenderam, gestão das redes sociais da Pró-Capital (Facebook, Instagram) e produção de conteúdos para os canais online e off line. Com a contratação desta especialista, as redes sociais do Facebook e Instagram, ganharam mais uma vez, uma grande dinâmica, com publicações de posts informativos, vídeos promocionais, participação da Pró-Capital em eventos, assinaturas de protocolos entre outras. As publicações tiveram um alcance orgânico muito bom para os conteúdos informativos. O alcance das publicações, no período referido anteriormente foi de 3.666, um aumento de 108% no facebook, e 286 com 19% de aumento no Instagram.

Alcance

Alcance do Facebook 

3666 ↑ 108.3%

2.0 mil


1.5 mil

mil

500

0

11/07 31/07 20/08 9/09 29/09 19/10 8/11 28/11

Alcance do Instagram 

286 ↑ 19.2%

60

40

20

0

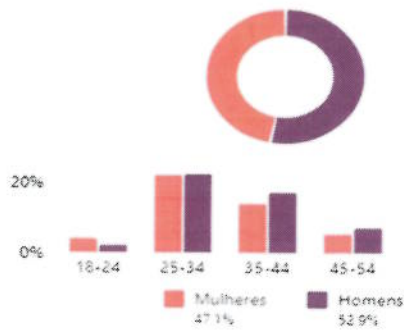
11/07 31/07 20/08 9/09 29/09 19/10 8/11 28/11

Em termos de seguidores, o facebook conseguiu alcançar 766 pessoas e instituições e 112 no Instagram, com a seguinte composição em termos de género e idade.

Seguidores do Facebook

766

Idade e género



Seguidores no Instagram

112

Idade e género



Quanto a distribuição geográfica, por países, as maiores percentagens dos seguidores estão em Cabo Verde com 87.5% no facebook e 90.2% no Instagram conforme gráfico abaixo:

Principais países



Principais países

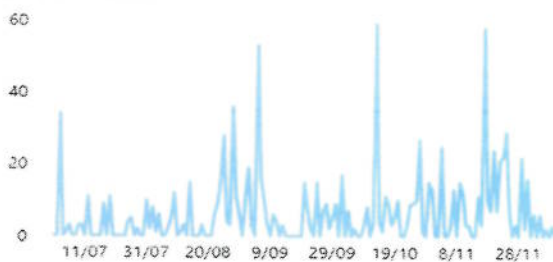


Em termos de visitas às páginas, apresentaram uma evolução de 32% no facebook e um decréscimo de 4.7% no Instagram, conforme o gráfico:

Visitas

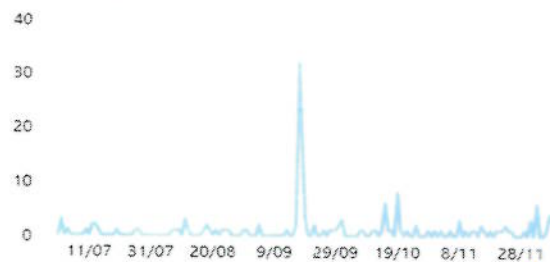
Visitas ao Facebook

1033 ↑ 32.3%



Visitas ao perfil do Instagram

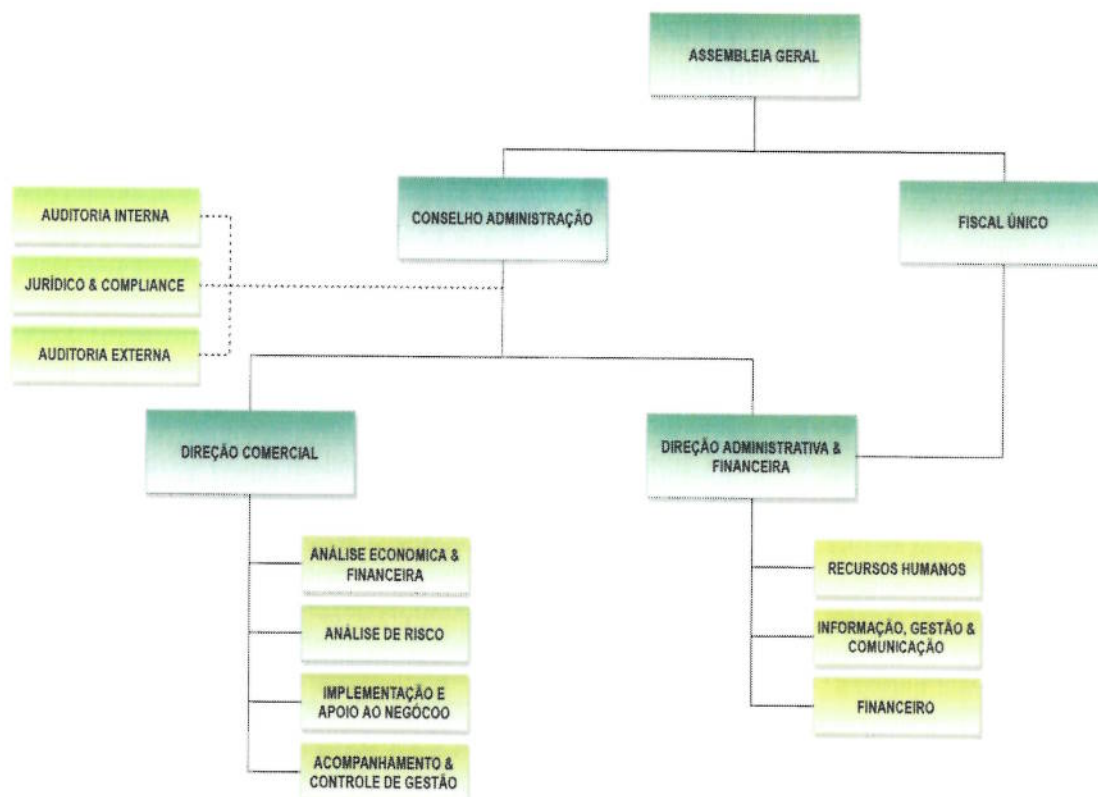
162 ↓ 4.7%



Handwritten signatures and the number 15.

1.5 RECURSOS HUMANOS

A Pró-Capital apresenta a seguinte Organigrama:



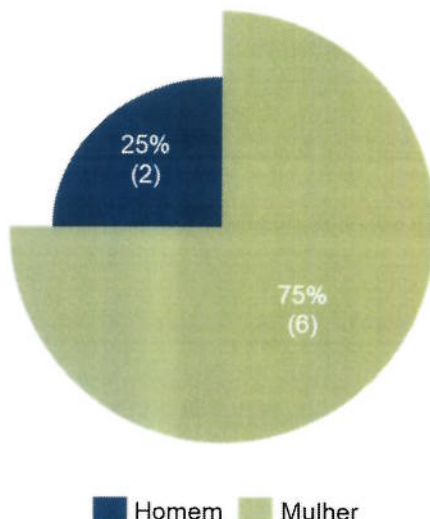
A Otimização dos Recursos Humanos constitui uma das bases para alcançar os objetivos estratégicos de melhoria da rentabilidade da Pró-Capital. O quadro de pessoal da Pró-Capital é constituído por 9 colaboradores todos pertencentes ao quadro efetivo. Em 2023 contou com 8 colaboradores por estar 1 colaborador de licença sem retribuição, em comissão de serviço, e por tempo indeterminado. Terminou o ano de 2023 com 8 colaboradores efetivos, ou seja, 100% são quadros da instituição, conforme o quadro abaixo:

Colaboradores Efetivos	
Género	Nº
Mulheres	6
Homens	2
Total	8

E. L. A. M.
 16
[Assinatura]
[Assinatura]

Do total de efetivos, a percentagem de mulheres é de 75% e os colaboradores do sexo masculino 25%. Das 6 colaboradoras do género feminino, apenas uma colaboradora (17%) encontrava-se afeta a área comercial e cinco (83%) à área Administrativa e Financeira.

Gráfico I – Género



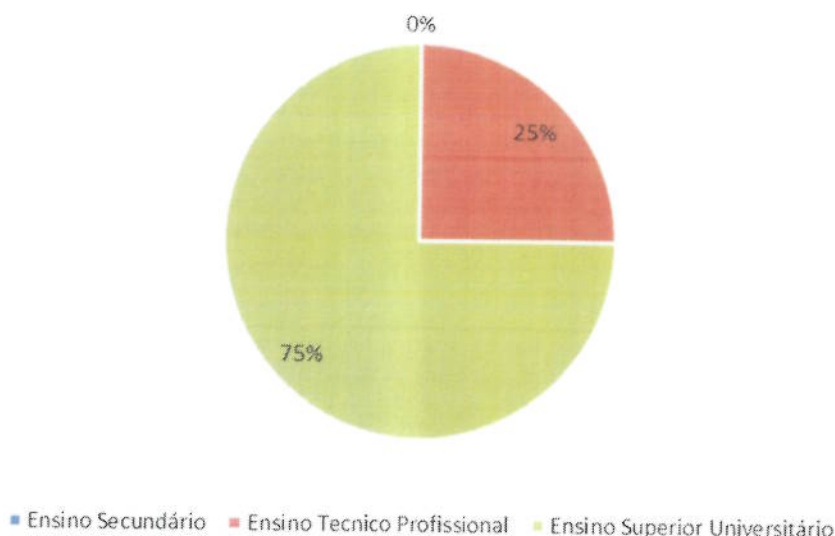
A idade média dos colaboradores é de 40 anos, o que revela que a equipa é relativamente jovem, mas com alguma experiência acumulada. A idade máxima é de 54 anos e a mínima de 31 anos. A antiguidade é igual para todos os colaboradores, completando 4 anos em julho de 2023.

No que toca ao nível de qualificações, em 2023, observou-se que o índice de tecnicidade aumentou (número de técnicos superiores/total colaboradores), passando a ser de 75%, e técnicos profissionais de 25%. Isso revela o compromisso da Pró-Capital na valorização dos seus recursos humanos, de modo que os colaboradores continuem a qualificar-se para os desafios estratégicos da instituição.

Qualificações do Pessoal	Percentagem	Colaboradores
Ensino Secundário	0%	-
Ensino Técnico Profissional	25%	2
Ensino Superior Universitário	75%	6
Total	100%	8

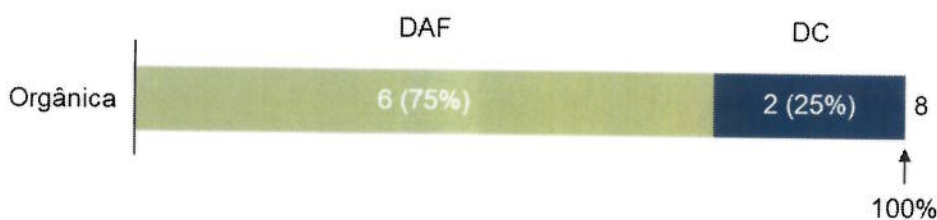
E. P. M. A.
 17
[Handwritten signature]
 Glória

Gráfico II – Qualificações do Pessoal



Em termos de afetação dos recursos humanos entre o departamento comercial e o Administrativo e financeiro, este último destacou-se absorvendo 75% do total de efetivos.

Gráfico III – Orgânica da Instituição



No tocante à formação, a Pró-Capital prosseguiu com o desenvolvimento e gestão de competências considerados essenciais para obtenção dos resultados e valorização das pessoas.

Na área do conhecimento e desenvolvimento, a Pró-Capital tem apostado na formação externa, principalmente no aproveitamento de oportunidades de formação apresentadas pelo Banco de Cabo Verde e pela ATTF (Cooperação Luxemburguesa) e também as formações ministradas pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados.



Em 2023, a Pró-Capital deu continuidade a estratégia de apostar na valorização dos Recursos Humanos (RH), através de constantes ações de capacitação e qualificação, aumentando assim a produtividade e a satisfação dos colaboradores, adotando as melhores práticas de modo a otimizar os resultados da instituição. Por conseguinte, foram realizadas as seguintes ações de formação, um total de 206 horas em 2023, assim distribuídas:

18

 Flávia

- Abril de 2023 – A DAF e a Contabilista participaram na formação realizada pelo Instituto de Formação Bancária, via plataforma ZOOM, sobre Contabilidade Analítica e Gestão Orçamental durante 4 dias no total de 14 horas;
- Junho de 2023 – A DAF participou na formação realizada pela parceria entre a Câmara Comércio de Sotavento e o Professor e Consultor Nuno Castanheira, presencial, sobre Controlo Interno e Auditoria Interna, durante 4 dias no total de 16 horas;
- Junho de 2023 – Iniciou-se a Formação em Inglês Conversação realizada pela Escola Polyglot Lda, presencial, com todos os colaboradores da Pró-Capital, com a duração de 6 meses no total de 84 horas;
- De junho a julho de 2023 – Todos os técnicos superiores e o CA participaram em 3 ações de formação realizada pela PT Ventures, no formato online, sobre três temas: Rede Capital e Corporate; Gestão Financeira; Acompanhamento de participadas no total de 12 horas;
- Outubro de 2023 – A Analista Financeira participou na formação realizada pelo Banco de Cabo Verde, presencial, sobre Credit Risk and Cash Flow Analysis, durante 4 dias no total de 26 horas;
- Outubro de 2023 – O Administrador participou na formação realizada pelo Banco de Cabo Verde, presencial, sobre IFRS For Banks for Management, durante 1 dia no total de 4 horas;
- Outubro de 2023 – A Contabilista participou na formação realizada pelo Banco de Cabo Verde, presencial, sobre International Financial Reporting Standards (IFRS 9), durante 3 dias no total de 19 horas e 30 minutos;
- Novembro de 2023 – O Informático participou na formação realizada pela Empresa Portuguesa Estratégia Elementar Unipessoal, presencial, sobre Power BI, durante 2 dias no total de 14 horas;
- Dezembro de 2023 – A Analista Financeira participou na formação realizada pela Fundação António e Iolanda Canuto, presencial, sobre Gestão Aplicada de Projetos, durante 3 dias no total de 16 horas e 30 minutos.



19



1.5.1 POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A remuneração dos Órgãos Sociais e as regalias em vigor são as constantes da Resolução nº 56/2016 de 9 de junho que harmoniza a remuneração e regalias dos gestores públicos.

As remunerações dos colaboradores são as definidas na tabela salarial do PCCS constante dos Estatutos do pessoal. No quadro abaixo, o total de remunerações da Pró-Capital, em 2023.

Quadro III – Remunerações 2023

REMUNERAÇÕES PRÓ-CAPITAL	Variação			
	2023	2022	Abs.	(%)
Remunerações do Conselho de Administração	6 867	6 848	19	0,3%
Remunerações dos Membros da AG	114	0	114	100,0%
Remunerações de Colaboradores	10 453	10 359	94	0,9%
Remuneração Fiscal Único	360	150	210	140,0%
Remunerações Auditor Interno	424	424	0	0,0%
Remunerações Consultor Jurídico e de Compliance	960	960	0	0,0%
Previdência Social Administração	970	957	13	1,4%
Previdência Social Colaboradores	1 672	1 657	15	0,9%
Encargos Sociais Obrigatórios	55	27	28	103,7%
Outros	0	29	-29	-100,0%
TOTAL	21 875	21 411	464	2,2%

1.5.2 HONORÁRIOS DO AUDITOR EXTERNO CERTIFICADO

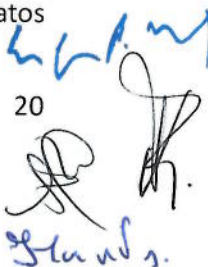
Os honorários dos auditores externos referentes ao exercício de 2022 foram de mESC 590.000, acrescidos do IVA à taxa em vigor.

1.5.3 AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO

A Pró-Capital adotou e cumpriu sempre com todos os procedimentos de acordo com a Lei de Contratação Pública na aquisição de bens e serviços, praticando sempre o princípio da livre concorrência e transparência. Em 2023 nenhuma aquisição atingiu o limite previsto na lei no montante total de mESC 2 000.

Foram realizadas cinco contratações, sendo duas de compra e venda de equipamentos e três de prestação de serviços. Dos três contratos de prestações de serviços, um foi de comunicação e Marketing no montante de mESC 25 mensais por um período de 6 meses e os outros dois contratos para limpeza das viaturas da instituição.

20



Todos os Gastos realizados na Pró-Capital são previamente cabimentados, e foi adotado o critério de pronto pagamento a fornecedores.

1.6 COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

O Conselho de Administração da Pró-Capital participou em diversos eventos de apresentação do Ecosistema e em atividades de promoção empresarial.

Ao longo do ano de 2023, foram realizados encontros com vários parceiros, empresários, bancos comerciais, com o objetivo de dar a conhecer a Pró-Capital, explicar o papel do Ecosistema financeiro de financiamento à Economia, estabelecer eventuais parcerias e efetuar negócios.

Os encontros presenciais na sede da Pró-Capital com empresários, foram num total de 85 e por vídeo Conferência foram 55. Em termos de visitas técnicas, os analistas financeiros conjuntamente com o CA, fizeram cerca de 24 visitas a várias empresas, nomeadamente:

- ✓ Projeto Investimento Moreno;
- ✓ Tavares Laboratório Policlínica na Ilha da Boavista;
- ✓ Guest House Paixão na Ilha da Boavista;
- ✓ Quinta do José na ilha da Boavista;
- ✓ KLS, Comercio & Distribuição;
- ✓ Miranda Investimentos na ilha da Brava;
- ✓ Brazão & filhos na ilha de Santiago;
- ✓ Investimento CIMAC em Santa Catarina de Santiago;
- ✓ Empreendimento Turístico na zona de vassoura perto de Justino Lopes;
- ✓ Industria Agua Morabeza em Santiago;
- ✓ Empreendimento turístico em São João Baptista em Ribeira Grande de Santiago;
- ✓ Porto Mosquito;
- ✓ Empreendimentos turísticos em Santa Cruz na ilha de Santiago;
- ✓ Projeto Agropecuário Benelito;
- ✓ Jardim Infantil Mundinho das Crianças em São Vicente;

Quanto a encontros com parceiros Institucionais foram num total de 24, com o objetivo de aproximação e futuras parcerias, com destaque para:

- Câmaras de Comercio de Sotavento e Barlavento;
- Banco iib;
- Cabo Verde TradeInvest;
- Camara Municipal de Boavista;

- Camara Municipal da Brava;
- ATTF Luxemburgo – Transferring Financial Knowledge & Skills from Luxembourg;
- Banco Mundial;
- UTIC – Unidade de Tecnologias, Inovações e Comunicação;
- ERIS – Entidade Reguladora Independente da Saúde;
- Banco BAI Cabo Verde;
- UNICV – Universidade de Cabo Verde;
- Fundo de Solidariedade Africa - Cabo Verde;
- UGPE – Unidade de Gestão de Projetos Especiais;
- FACRA – Fundo Ativo Capital de Risco de Angola;
- Banco Interatlântico;

A Pró-Capital participou pelo segundo ano consecutivo na Web Summit realizada em Lisboa de 13 a 16 de novembro. A Web Summit é a maior conferência da Europa em tecnologias, realizada anualmente desde 2009. Constitui uma oportunidade única para networking e acompanhamento dos temas mais relevantes e disruptivos nos vários segmentos de mercado, assim como para demonstração do potencial de desenvolvimento de cada País participante. Foi exatamente neste contexto que a Comitativa de Cabo verde, onde a Pró Capital é um dos patrocinadores, se deslocou à Web Summit e participou ativamente no evento.

Promovendo as 10 startups que fizeram parte da comitativa e simultaneamente Cabo Verde como HUB tecnológico no Atlântico médio, o que se pretende é dar visibilidade a várias áreas de impacto, demonstrando o potencial de desenvolvimento do país e também a capacidade de implementação das melhores práticas de investimento e gestão.

Durante o ano de 2023, a Pró-Capital participou em seis feiras nacionais e uma internacional em Paris, com o intuito de desenvolver contatos e divulgar os nossos serviços ao empresariado Cabo-verdiano.

- FACV - Feira Agropecuária de Cabo Verde;
- SIEDCV – Salão Internacional das Empresas da Diáspora Cabo-verdiana;
- FEFE – Feira do Empreendedorismo e Fomento Empresarial;
- EXPOMAR – Feira das Atividades Económicas Ligadas ao Mar;
- FIEREE – Feira Internacional de Energias Renováveis e Eficiência Energética;
- FIC – Feira Internacional de Cabo Verde.

De 9 a 12 de fevereiro a Pró-Capital participou na **Feira Agropecuária de Cabo Verde** nas instalações da DGASP em Achada São Filipe, Cidade da Praia. Este evento teve como lema “Por uma agricultura

mais inteligente e resiliente” e como objetivo promover e dinamizar o setor do agronegócio nas suas várias vertentes e fases da cadeia de valor, com foco numa maior resiliência da atividade agropecuária. Foi um espaço de divulgação, demonstração de novas tecnologias e inovações, adaptadas às nossas condições sócio-agrárias, e facilitação de contato entre os diferentes atores e serviços do setor agrícola, de forma a permitir novas parcerias, para a adoção de tecnologias e inovações no setor agropecuário.

A Pró-Capital participou na primeira Edição do **Salão Internacional das Empresas da Diáspora – SIEDCV** que aconteceu nos dias 22 e 23 de abril, em Paris.


O Evento visa conectar empresas da diáspora Cabo-verdiana com países como Portugal, França, Holanda de modo a criar uma base de dados de empresários Cabo-verdianos na diáspora.

A Pró Capital foi representada pelo PCA Dr. Alexandre Moeda, teve como objetivo promover e atrair investimentos externos e criar network na diáspora.


De 18 a 20 de maio foi realizada a primeira edição da **Feira do Empreendedorismo e Fomento Empresarial – FEFE**, sob o lema “O Futuro começa aqui”. A feira foi realizada pela Pró Empresa e contou com a parceria da Pró-Capital e da Pró Garante. Foram três dias de muita partilha, troca de experiências e principalmente de divulgação de serviços e programas da Casa do Empreendedor.

De 21 a 23 de setembro foi realizada na Cidade do Mindelo, a X edição da **Feira das Atividades Económicas Ligadas ao Mar – EXPOMAR**. A Feira das atividades económicas ligadas ao mar, em 2023, aconteceu sob o lema “Nôs Mar, Nôs Riqueza” e teve como principal propósito a promoção dos serviços e projetos transversais focados no desenvolvimento de negócios na área do mar, partilha de experiências, contribuindo para que num mesmo espaço se possa encontrar todas as áreas do setor. Esta feira teve outro propósito, que foi criar condições para a consolidação e afirmação de empresas nacionais e estrangeiras, apresentar e conhecer a diversidade das espécies marinhas em Cabo Verde, divulgar o elevado potencial gastronómico na base dos produtos do mar, apresentar novas oportunidades e novos produtos com grande potencial, despertar para o empreendedorismo em diferentes áreas nomeadamente as pescas, o turismo, a indústria, o desporto, partilha de recurso científicos, de entre outras.

Decorreu simultaneamente à feira, um programa de atividades paralelas compreendendo apresentações técnicas, palestras, e painéis de debates, encontros de negócios (B2B), objetivando promover oportunidades de negócios e conhecer as novas tendências do mercado com aplicação ao setor.



23



Genubs

Pela primeira vez, a Pró-Capital participou na **Feira de Energias Renováveis e Eficiência Energética (FIEREE)** que já vai na sua IVª edição, sob o lema “Para uma Transição Justa e Sustentável”, promovida pela FIC, SA em parceria com o Ministério da Indústria, Comércio e Energia, Ministério das Finanças e Fomento Empresarial, e que aconteceu em paralelo com a 8ª Edição do Fórum de Energia Sustentável da CEDEAO, (ESEF).

Ao longo dessas 4 edições, perante o desafiante contexto de crise energética que se tem vivenciado no Mundo, com aumentos elevados dos preços dos combustíveis, a consolidação desta Feira de Energias Renováveis e Eficiência Energética, revela a atitude de um país resiliente, determinado e comprometido com a consolidação da estratégia de desenvolvimento sustentável no setor das Energias Renováveis. O objetivo desta feira é criar um espaço com uma montra de empresas, e instituições, para apresentar e facilitar as oportunidades de investimento no setor das energias renováveis, mas também promover a cooperação e as parcerias para acelerar o desenvolvimento, provocando um melhor entendimento do setor, e conseqüentemente uma aceleração da transição energética, que consiste na mudança de um sistema energético clássico para um sistema energético, com base em fontes de Energias Renováveis, Eficiência Energética, Mobilidade Elétrica, para que Cabo Verde possa depender menos da importação de combustíveis fósseis, e construindo as bases para uma transição Justa e Sustentável.

De 15 a 18 de novembro decorreu na Cidade da Praia, a **XXVIª Edição da FIC - Feira Internacional de Cabo Verde**, sob o lema “Transformando Dificuldades em Desafios”. A Feira Internacional de Cabo Verde tem um papel fundamental na conquista de mercados alternativos através da exposição e oferta de produtos. Ferramenta de marketing mais utilizada para a promoção de produtos/serviços, para a ampliação da carteira de clientes e para uma exposição direta junto de compradores e fornecedores. Assim, nesse mesmo espaço, foram reunidos empresários, profissionais e clientes de uma determinada área, com oportunidade de mostrar produtos/serviços, conhecer novas formas de comercialização e conquista de novos mercados.

A FIC tem assumido um papel estratégico, crucial, inserido no plano global de comunicação das empresas. De entre as opções de marketing para atingir os objetivos a que se propõe uma empresa, as Feiras de Negócios são uma das mais eficazes ações de dinamização da economia.

A edição da FIC 2023, foi um espaço preparado especialmente para os exportadores, importadores, revendedores, distribuidores e prestadores de serviços, com o propósito de promover negócios, transferência de conhecimento, parcerias empresariais, e networking.

Em 2023, o stand da Casa do Empreendedor contou com convidados especiais, uma delegação do SEBRAE do Brasil e esteve presente o presidente desta instituição, o Dr. Décio Lima.

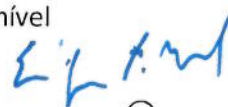
Ainda no ano de 2023, foram assinados protocolos de cooperação com várias instituições nacionais e uma internacional. Destacamos o protocolo assinado com a nossa congénere de Portugal, a Portugal Capital Ventures, que vai permitir criar sinergias e relações entre o mercado Português e o Cabo-verdiano, e a partilha de conhecimentos das melhores práticas de investimentos. As parcerias institucionais visam ainda, uma estreita colaboração estratégica, com o objetivo de fortalecer o empreendedorismo, impulsionar o desenvolvimento empresarial e apoiar o crescimento das micros, médias e pequenas empresas. Os protocolos foram assinados com as seguintes empresas:

- ✚ PT Ventures - Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco;
- ✚ BTOC – Improving Business Worldwide Consulting;
- ✚ UTA - Universidade Técnica do Atlântico;
- ✚ BIC – Business Incubation Center;
- ✚ CCB - Câmara de Comercio do Barlavento;
- ✚ CSC's - Conselho Superior das Câmaras de Comércio e de Turismo de Cabo Verde;
- ✚ EMAR – Escola do Mar;
- ✚ CERMI – Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial;
- ✚ SAMSUNG.

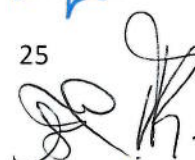
1.7 PROGRAMAS DE INVESTIMENTO

A Pró-Capital em 2023, ampliou a sua capacidade de intervenção direta e indireta de fomento da iniciativa privada, com investimentos diversos. Assim, constaram no programa de investimento no exercício transato:

- ❖ Alinhado com a estratégia do conceito Estado parceiro, que no centro das medidas de política pública que estabelece o compromisso de promover a iniciativa privada, como propulsor para alavancar o crescimento económico do país, a Pró-Capital decidiu subscrever 100.000 (cem mil) títulos de rendimento de mobilização de capital (TRMC), emitidas pelo Estado, no valor nominal de 1.000 (mil escudos), no montante total de mESC 100.000.000 (cem milhões de escudos) destinados à capitalização do Fundo Soberano de Garantia de Investimento Privado (FSGIP). O Fundo Soberano assume-se como um importante e inovador instrumento financeiro, para auxiliar as empresas nacionais a ultrapassarem os constrangimentos estruturais, em particular, empresas com projetos de capital elevado, a acederem a financiamentos em condições favoráveis e ajustáveis aos seus esforços de investimento a nível



25


Genís



nacional e igualmente no mercado externo, contribuindo decisivamente para elevar a relevância do sector privado nacional no desenvolvimento económico e social do país.

- ❖ Em novembro, a Pró-Capital adquiriu obrigações da Cabo Verde Fast Ferry pelo valor nominal de mESC 7.000 obrigações ordinárias, escriturais de valor nominal de 1000\$00 cada obrigação. Este empréstimo obrigacionista vence juros à taxa fixa de 4% ao ano. A Cabo Verde Fast Ferry é uma companhia geradora de rendimentos e comprometida em desempenhar um papel catalisador na transformação económica da Brava, Fogo, e de cabo Verde em geral. O Objetivo da CVFF é a integração de todos as ilhas via uma plataforma de ligação marítima inter-ilhas. A proposta exige a construção de barcos rápidos, eficientes em combustível posicionados nos sectores norte e sul do país.
- ❖ Em dezembro, a Pró-Capital adquiriu obrigações iib Green Bond Série E – 3.5% de 2023 a 2026. A emissão destas obrigações visa financiar a atividade do International investment bank (iibCV), complementada pela execução da política de sustentabilidade e responsabilidade social do iib, garantido aos investidores uma remuneração superior à das aplicações tradicionais, mas com a exigência do capital garantido. Existe uma remuneração adicional, correspondente a 0.5% ao ano sobre o montante total subscrito, a ser paga ao Hospital Universitário Agostinho Neto, para financiar o desenvolvimento de projetos ligados à geração de energia renovável, de eficiência energética, diminuição da poluição, gestão de águas e resíduos na área da Economia Verde. Vence juros à taxa fixa de 3.5% ao ano, devendo o correspondente pagamento de juros ser feito em prestações semestrais e por um período de 3 anos.

1.8 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Desde julho de 2019 até 31 de dezembro de 2023, deu entrada na Pró-Capital, um total de 151 projetos, sendo que 12 foram aprovados e desse total 9 foram desembolsados, os restantes 2 estão a concluir o processo de envio de documentos adicionais, 1 foi desinvestido, 89 foram descontinuados, 23 encontram-se em desenvolvimento e 26 em Stand By.

A carteira de participadas da Pró-Capital é composta pelas seguintes empresas: (i) Agrupamento complementar de Empresas (A.C.E) – Pró-Táxi, SA, do setor de transportes públicos, (ii) Hotel Happy Day, SA, do setor hoteleiro, (iii) Hotel Soncent Inn & Suites, SA do setor hoteleiro (em fase de construção), (IV) Atelier do Pão do setor de industria transformadora, (V) Brazão & Filhos, SA, do setor


26

Genes

Agropecuário, (VI) Complexo de Pesca de São Nicolau do setor de Pesca, (VII) DM Indústria do Setor de indústria transformadora e (VIII) Fresk D'Gustin do setor de pesca.

Deu entrada na Pró-Capital em 2023 um total de 39 projetos dos diversos setores de atividades, nomeadamente do turismo-hotelaria e restauração, Tecnologia, indústria, economia marítima, transportes, saúde, pesca, entre outros.

Quadro IV – Projetos 2023

Setor de Atividade	Projetos /Empresas	Inventimentos (ECV)	Nº Postos Trabalho
Agricultura	4	84 233 354	12
Pecuária	5	609 561 953	61
Pesca	4	83 597 095	33
Industria Madeira	1	2 420 000	-
Outras Industrias	1	2 127 429	3
Construção	1	60 920 905	-
Comércio & Serviços	1	1 850 054	3
Formação & Ensino	1	14 470 679	12
Alojamento & Restauração	3	465 131 878	8
Atividade Informação e Comunicação	5	167 442 147	43
Saúde	4	91 595 009	32
Outros	9	162 014 973	50
TOTAL	39	1 745 365 476	257

Foram realizados 85 encontros presenciais com promotores, 55 encontros por videoconferências e 24 visitas técnicas aos projetos nas ilhas de Santiago, São Vicente, Fogo, Brava, Boavista.

No quadro do programa de promoção empresarial e de identificação de projetos, a equipa da Pró-Capital desenvolveu contatos institucionais, junto dos Bancos comerciais, Câmaras Municipais, Câmaras de Comércio e de Turismo e Ministérios dos setores produtivos, conforme quadro V – Eventos relevantes.

Quadro V – Eventos Relevantes 2023

PERIODO DE REFERENCIA - ANO DE 2023		
EVENTOS RELEVANTES	NÚMEROS	ILHAS
Visitas Técnicas	24	Santiago, São Vicente, Boavista, Brava e Fogo
Encontros Presenciais	85	Sede da Pró-Capital
Videoconferências com promotores	55	Sede da Pró-Capital
Encontros com Bancos Comerciais	3	Santiago - Praia
Encontros Câmaras de Municipais	2	Camara da Boavista e da Brava
Encontros Com Câmaras Comércio do Sotavento e Barlavento	2	Santiago e São Vicente
Outras Entidades	21	Todas as Ilhas

1.9 PARTICIPADAS

Alinhadas com a missão e estratégias instituídas, as ações de investimento da Pró-Capital resumem-se ao ‘venture capital’, fazendo uso de recursos próprios da empresa, efetuamos de forma direta a participação na estrutura societária de empresas. O portfólio de ativos da Pró-Capital identifica-se por um total de investimentos realizados até dezembro de 2023 no montante de mESC 115.710 em participações. Em 2023 foram efetuados desembolsos a 3 participadas, DM Industria, SA no montante total de mESC 22.053, Fresk d’Gustin no montante de mESC 10.000 e Complexo de Pesca de São Nicolau no montante de mESC 20.000.

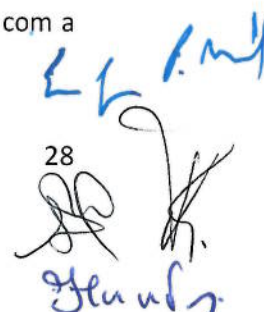
A 31 de dezembro de 2023, a Pró-Capital, SA, possuiu oito empresas na sua carteira de participadas e regista um aumento de 113% do investimento em participadas em relação ao ano de 2022, no montante total de mESC 61 432.

Participadas	Ilha	Sector de Atividade	Investimento Pró-Capital	Suprimentos	% Participação	Nº Postos de Trabalho	Início Atividade	Estado	Ano Entrada Pró-Capital
A.C.E Pró-Táxi	Santiago - Praia	Transporte	9 200 000 CVE	1 500 000 CVE	84%	18	18/07/2019	Ativo	2019
Happy Day Hotel	Santiago - Praia	Hotelaria	25 000 000 CVE	10 000 000 CVE	25%	22	18/12/2021	Ativo	2019
Hotel Soncent Inn & Suites	São Vicente	Hotelaria	14 000 000 CVE		37%	13		Em construção	2021
Brazão & Filhos	Santiago - Ribeira Grande Santiago	Agricultura	13 000 000 CVE	2 000 000 CVE	34%	8	2021	Ativo	2022
Pão-de-Açucar	Santiago - Praia	Indústria Transformadora	2 457 000 CVE		30%	17	2020	Ativo	2022
Complexo de Pesca de SN (CPSN)	São Nicolau - Tarrafal	Pesca	20 000 000 CVE		32%	12	2024	Implementação	2023
DM Indústria	Santiago - Praia	Indústria	22 053 000 CVE		25%	14	2024	Em construção	2023
Fresk D' Gustin	Santiago - Praia	Indústria Transformadora	10 000 000 CVE		19%	38	2017	Ativo	2023
TOTAL			115 710 000 CVE	13 500 000 CVE		142			

1.9.1 AGRUPAMENTO COMPLEMENTAR DE EMPRESAS (ACE) PRÓ-TÁXI, SA

Trata-se de um agrupamento de empresa com um Capital Social de mESC 11.000 com sede social na cidade da Praia e que tem como objeto social apoio às atividades dos agrupados industriais de táxis, e facilitar o desenvolvimento da sua atividade económica, nomeadamente no apoio à obtenção de crédito junto do banco para os membros do agrupamento. O Agrupamento Complementar de Empresas A.C.E – Pró-Táxi, SA, pertence ao setor de transportes públicos – táxis, e contribuiu com a criação de 18 postos de trabalhos direto.

28



Em 2023, foi atribuído um suprimento à Pró-Táxi no montante total de mESC 1.500 a ser reembolsado no prazo máximo de 18 meses, com juros capitalizados de 3% ao ano, contados a partir da data de assinatura do contrato.

1.9.2 HOTEL HAPPY DAY, SA

É uma empresa no sector hoteleiro, foi inaugurada em 18 de dezembro de 2021, oferecendo serviços de alojamento com 32 quartos, serviços de Restauração/Bar, Piscina, Salas de Conferências, serviços diversos, fica situado na cidade da Praia em Palmarejo Grande, até finais de 2023 conseguiu criar 15 postos de trabalho, mas pretendem aumentar esse numero para 22 trabalhadores.

A Pró-Capital adquiriu 25% do Capital Social da Sociedade Hotel Happy Day, por um montante de mESC 25.000. De frisar, que no quadro legal das SCR's foi concedido a Sociedade Hotel Happy Day, SA, o montante de mESC 10.000 em suprimentos, para ser liquidado em 18 meses com pagamento de juros a 3% anual.

Face às receitas correntes e ao tempo de pagamento vs recebimento, o custo fixo da amortização financeira continua a impactar de forma expressiva na performance do hotel. Não obstante, esforços estão a ser empreendidos pela Administração no sentido de melhorar a eficiência dos gastos e aumentar as receitas. Aproveitando da abertura demonstrada pelo Banco, negociações estão em curso com o credor, com intuito de reestruturar a dívida e ajustar o plano financeiro às possibilidades do hotel. Em 2024, perspectiva-se consolidação e expansão do negócio.

1.9.3 SONCENT INN & SUÍTES, SA

É uma empresa no setor hoteleiro, está na fase de construção com previsão do término para o ano de 2024, pretende oferecer serviços de alojamentos com 18 quartos de alto standing, serviços de restauração e bar, serviços de rent-a-car, e prevê a criação de 22 postos de trabalho. Situa-se na rua Dr. António Aurélio Gonçalves, na Cidade do Mindelo - São Vicente.

A Pró-Capital adquiriu 43% do capital social da Soncent Inn & Suítes, pelo montante total de mESC 16 000, tendo já realizado 88% da participação, ou seja, mESC 14.000 até o dia 31 de dezembro de 2023.

1.9.4 PÃO DE AÇÚCAR, SA

É uma empresa de produção e venda de produtos de padaria, pastelaria e cafetaria, situada na cidade da Praia trouxe ao mercado da Praia uma nova oferta, com produtos diferenciados na vertente de padaria e pastelaria. A empresa inaugurou a sua primeira loja em junho de 2022 em Achada de Santo

António e em novembro do mesmo ano, abriu uma segunda loja na Cidade de Assomada, e até o fecho do ano de 2023 já contava com 4 lojas, sendo uma em Fazenda e outra em Ponta d'água.

Foram criados 35 postos de trabalho até 31 de dezembro de 2023.

A Pró-Capital adquiriu 30% do capital social, pelo montante total de mESC 2.457, totalmente realizado.

1.9.5 BRAZÃO & FILHOS, SA


Brazão & Filhos, é uma empresa no setor de agronegócios, vocacionada para a exploração agrícola e suinicultura, localizada no concelho de Ribeira Grande de Santiago. A empresa dedica a produção e comercialização de produtos agrícolas e suínolas, com recurso a tecnologias de produção modernas, amigas do ambiente, recorrendo a energia solar, com o intuito de manter uma oferta permanente de produtos suínolas e agrícolas, durante todo o ano. Foram criados 8 postos de trabalhos diretos.

A Pró-Capital adquiriu 34% do capital social da **Brazão & Filhos**, pelo montante total de mESC 13 000, totalmente realizado no ano de 2023. Foi lhe atribuído ainda, o montante de mESC 2.000 em suprimentos a ser pago em 18 meses com pagamento de juros de 3% ao ano.

O Promotor tem enfrentado alguns constrangimentos operacionais que tem reduzido a produção. Definir a variedade certa de espécies que melhor se adaptam ao local é um dos desafios, outro, harmonizar o ciclo de cultivo, produção e comercialização, de modo a prover a tesouraria com fluxo suficiente para cumprir com as obrigações correntes. Salientar ainda, o combate permanente a diferentes pragas que têm afetado a qualidade e a produtividade da herdade. A expectativa que o ano de 2024 possa render mais e consolidar os investimentos feitos e ativos fixos e biológicos.

1.9.6 COMPLEXO DE PESCA DE SÃO NICOLAU (CPSN)

O Complexo de Pesca de São Nicolau (CPSN), SA foi criado em junho de 2021, com um Capital Social realizado de mESC 63.484. A sociedade tem por objeto: atividade pesqueira; processamento, comercialização e armazenagem de gelo; processamento, comercialização e armazenagem de pescado; Importação e exportação de pescado; produção e comercialização de farinha de peixe; comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados; atividades auxiliares dos transportes marítimos; manuseamento de carga, captação, tratamento e distribuição de água não dessalinizada; captação, tratamento e distribuição de água dessalinizada; tratamento de águas residuais; tratamento e eliminação de resíduos; Armazenagem; Investigação e desenvolvimento das ciências Físicas, sociais e naturais; Importação e comercialização de géneros alimentícios,

30

Handwritten signature

congelados e refrigerados. O CPSN, SA resultou de uma parceria público-privada e culminou na realização de um investimento no montante de € 985.499.

A empresa está na fase de implementação e, espera que em 2024 seja um dos principais players do sector das pescas em São Nicolau e em Cabo Verde. Vão começar com 12 trabalhadores.

A Pró-Capital adquiriu 31.5% do capital social do CPSN pelo montante de mESC 20.000, totalmente realizado em 2023.

1.9.7 DM INDÚSTRIA, SA

A DM-INDÚSTRIA, SA, criada em 2018 com um Capital Social realizado de mESC 43.913 tem como objeto social, Indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas; atividades de embalagem; indústria do leite e derivados; comércio a grosso de produtos alimentares; produção de águas minerais e de bebidas refrescantes não alcoólicas e atividades de Importação & Exportação.

Vão iniciar a atividade da fabrica com 14 trabalhadores.

A Pró-Capital adquiriu 25% do capital social do CPSN pelo montante de mESC 22.053, totalmente realizado em 2023.

1.9.8 FRESK D'GUSTIN

O FRESK D'GUSTIN, SA, iniciou a sua atividade em 2017, com um capital social de mESC 5.930 totalmente realizado. Tem como Objeto social o comércio a grosso de produtos alimentares, assim como o comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos. Inclui ainda a atividade de comercio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de produtos alimentares, bebidas e tabaco, além das atividades relacionadas com a pesca e aquacultura.

Atualmente a empresa conta com 38 trabalhadores diretos, distribuídos entre as atividades de armação de pesca, unidade de produção e comercialização de pescado.

A Pró-Capital adquiriu 19% do capital social do Fresk D' Gustin pelo montante de mESC 10.000, totalmente desembolsado em 2023. O investimento nesta participada ocorreu em meados do ano passado, num momento crucial da empresa, que precisava de liquidez para concluir os investimentos na unidade de conservação e processamento de pescado, enquanto atividades principais da empresa. As promotoras estão confiantes que o volume de negócio deverá aumentar consideravelmente em 2024, com a conclusão da instalação da fabrica.

1.10. GESTÃO DE RISCOS

No contexto de incerteza que persiste e com o propósito de mitigar os seus efeitos, a Pró-Capital dedica-se a uma gestão de risco adequada e eficaz assente na monitorização da exposição a diferentes riscos, nomeadamente o risco cambial, risco de capital e liquidez, risco de taxa de juro, risco de conformidade & jurídico, e o justo valor, entre outros. Estes foram identificados como essenciais para a prossecução da maximização dos resultados face aos riscos assumidos. A Pró-Capital desenvolve as suas atividades de negócio de forma controlada, prudente e sustentável, com equilíbrio entre os objetivos fixados e os níveis de tolerância ao risco. A construção da cultura de avaliação de risco entre os colaboradores da empresa é um processo dinâmico, que implica desenvolvimento contínuo de competências e reformulação de abordagem de exposição para se adequar a cada novo investimento. Justificado pela atual estrutura orgânica exígua e pelo nível de complexidade que conhecemos, a Administração em estreita relação como o Comité de Investimento (órgão que detém o primeiro nível de análise e decisão de investimento), assume a liderança da aferição de riscos associados.

Risco Financeiro

✓ Risco de Capital e Solvência (Sustentabilidade)

A Pró-Capital não tem insuficiência de ativos líquidos pois, foi novamente reforçado o seu Capital Social com aportes realizados pelo acionista único, no último exercício. As nossas obrigações estão compatíveis com a cabimentação orçamental, respeitam o rigor na execução de gastos e registamos indicadores prudenciais bastante positivos, configurando-se numa instituição sólida e que se apresenta confortável em relação aos parâmetros estabelecidos pelo regulador. Os riscos que aferimos estão relacionadas com os investimentos de rendimentos variáveis, diretos realizados nas participadas. A manutenção da nossa importante carteira de ativos fixos transacionáveis constitui uma reserva conveniente de liquidez. Apesar de ainda registar deficit operacional, há uma tendência de redução gradual de contabilização de resultados líquidos negativos que, conjugado com liquidez da empresa e o contexto de estabilidade macroeconómica do país, exclui o risco de sustentabilidade da empresa.

✓ Risco do justo Valor de Ativo

Considerando que a maturação de investimentos em 'Equity' são de médio longo prazos, o principal risco que a Sociedade se encontra exposta é o da variação ao justo valor da carteira de investimentos em participações financeiras noutras sociedades. Este risco é monitorado através de procedimentos de avaliação periódica do justo valor do Ativo Fixo, procurando identificar eventuais desvios de valorização. Citamos o investimento em agronegócio de Brazão & Filhos que, para além de enfrentar pragas diversas, registou perdas de produção estimada decorrente do atraso na implantação do projeto da nova perfuração para mobilização de água suficiente para cobrir a demanda de plantio.

Outra prática adotada de controle, é através do rigor na análise e aprovação de novas entradas no capital, e de procedimentos de acompanhamento e monitoramento regular da atividade das participadas, procurando identificar e ajustar estratégias e procedimentos de gestão, sempre no intuito de otimizar a estrutura de balanço. Igualmente importante é a elevação da variável subjetiva no que respeita à atitude e relação estabelecidas com os parceiros (sócios promotores) pois, são aspetos fundamentais para o alinhamento de ações que visam antecipar e mitigar eventuais riscos.

✓ **Risco Operacional e de Mercado**

Decorrentes de fenómenos externos ocorridos no mercado, tais como os ocorridos no exercício findo, nomeadamente inflação e a variação cambial, podem alterar o fluxo operacional e de investimentos das participadas, onerando o passivo e contraindo demanda e em consequência, baixando a lucratividade operacional das empresas e provocando desvios nos resultados financeiros previstos. Particularmente em 2023 três investimentos foram concretizados na DM Industria, Complexo de Pesca de São Nicolau e na Fresk d’Gustin, nos sectores de industria de bebidas não alcoólicas e na pesca, nas áreas de transformação e conservação, respetivamente, não obstante a redução da inflação internacional, em relação ao projetado, depararam com aumentos significativos dos investimentos na importação de Ativos Fixos e insumos para produção, por conta dos aumentos de preços na origem e de frete.

✓ **Risco da Taxa de Juros**

Destaque para as medidas de contraciclo empreendidas pelo Governo, com aumento da taxa de juro e pela cobertura de garantia concedida pela Pró-Garante, através de um produto financeiro disponibilizado no mercado financeiro no âmbito do plano de retoma, para alavancar financiamento tanto para investimentos como para tesouraria das empresas, foram relevantes e reforçou a resiliência das empresas e salvaguardou vários postos de trabalho.

Risco de Conformidade & Jurídico

Na salvaguarda dos preceitos legais, das práticas estatuídas e da integridade da imagem institucional, a conformidade e a segurança normativa são preocupações correntes na Pró-Capital.

A descrição pormenorizada do tratamento dos riscos encontra-se no Anexo – Informação Relativa a Instrumentos Financeiros (Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Sociedade).

1.11. ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A parceria com a Injaro Investments Limited continuou em 2023, através da ICP – Investment Capital Partner e o fundo Pró Impacto, com o início de atividades em junho de 2023.

1.12. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO DA PRÓ-CAPITAL

As perspetivas maiores da Pró-Capital centram-se no desafio de promoção de crescimento do fluxo de negócio, através da melhoria de desempenho da empresa, com a expansão da carteira de investimentos, em particular os de rendimento variável e do reforço da imagem institucional, para assegurar a consolidação e a sustentabilidade a prazo da instituição, contribuindo assim para mitigar os desafios conjunturais, otimizar a estrutura de balanço e contribuir para o crescimento e diversificação da economia nacional.

A Administração da Pró-Capital em 2024, definiu como orientações estratégicas os seguintes objetivos:

- Crescer & Diversificar;
- Acelerar a Rendibilidade e Impacto;
- Alinhar com políticas públicas;
- Elevar a Excelência Interna

Para atingir os objetivos estratégicos, a Pró-Capital estabeleceu os seguintes objetivos operacionais para o ano de 2024, a distinção e estímulo a três segmentos de mercado:

- ✓ Produto I – Startup Jovem;
- ✓ Produto II – Pequenas Empresas;
- ✓ Produto III – Investidor Emigrante.

Produto I – Startup Jovem – Define-se como “Seed Capital”, um produto de alavancagem financeira, lançado para atrair o jovem empreendedor que pretenda implementar no mercado uma solução útil e inovadora de produto ou serviço, ou que já disponha de uma empresa constituída e que esteja na fase inicial, com 3 anos de funcionamento e que procura promover a consolidação ou expansão do negócio;

Produto II – Pequenas Empresas - Instrumento financeiro de investimento que assume a partilha, o risco, através da participação no Capital Social e procura alavancar pequenas empresas com projetos de reconhecido potencial no mercado, propondo acelerar o crescimento e valoração do negócio.

Produto III – Investidor Emigrante - Instrumento financeiro para estimular investimentos aqueles que no âmbito dos benefícios do regime específico do estatuto de investidor, visa atrair e alavancar o

investimento direto do emigrante, escusado referir o impacto que as suas remeças têm na constituição da riqueza nacional.

A intenção com distinção desses públicos-alvo propõe desenvolver uma abordagem específica que atenda a esta importante demanda que representa a maior parcela das empresas nacionais, criando condições que favoreçam as condições de financiamento a médio e longo prazos.

Em termos de atividades administrativas, a Pró-Capital pretende:

- ❖ Continuar a reforçar as parcerias com Instituições públicas, privadas e da sociedade civil;
- ❖ Elaboração e Implementação do Manual de Controlo e Auditoria interna, permitindo assim a melhoria dos mecanismos de controlo de processos e procedimentos;
- ❖ Consolidação do Sistema de Gestão e Avaliação de Desempenho dos colaboradores, perspetivando ganhos de produtividade e melhoria do ambiente de trabalho.

No que tange aos Recursos Humanos, a Pró-Capital vai continuar a apostar na valorização dos seus colaboradores, através de ações de capacitação e qualificação, adotando as melhores praticas de modo a otimizar os resultados da empresa. Pretende em 2024, implementar as seguintes ações de formação:

- ✚ Análise Financeira e avaliação de risco;
- ✚ Gestão e Controlo de projetos de Investimentos;
- ✚ Pondera-se a continuidade da Formação em Power BI e Excel avançado.

1.13. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o fecho do exercício de 2023, a Pró-Capital na sua reunião ordinária nº 1 do Conselho de Administração decidiu pelo desinvestimento na participada Pão de Açúcar, decorrente dos riscos associados a esta empresa e pela manifestação de interesse expressa da acionista maioritária. O valor real investido pela Pró-Capital foi devolvido, assim como a justa compensação pelo período em que esteve na empresa com o recebimento dos juros capitalizados a 8% anual.

Em meados do mês de janeiro de 2024, o Conselho de Administração deliberou favoravelmente sobre a participação da Pró-Capital na estrutura societária do Jardim Mundinho das Crianças, Sociedade Unipessoal, LDA, em São Vicente, no montante total de mESC 2.500, o correspondente a 42% do capital social.

Flucts *E.L.M.*
35
[Signature] *[Signature]*

Iniciado em finais de 2023, está em curso o processo de atualização do website/plataforma da Pró-Capital, conferindo maior dinâmica e interação entre os usuários interno e externo. Igualmente em desenvolvimento está o novo vídeo institucional, propondo renovar a imagem da Pró-Capital e dar visibilidade às atuais participadas. Estas ações conjugadas com a promoção de outras, pretendem justamente o reforço da imagem e finalidade institucional.

No início do mês de fevereiro, a Pró-Capital fez uma breve apresentação da empresa no âmbito do programa PROMEB II, e participou no concurso nacional de ideias para projetos da Economia azul, no Tarrafal de Santiago.

Em fevereiro de 2024, de acordo com o programa de desenvolvimento empresarial, a Casa do Empreendedor lançou a 1ª edição de uma newsletter onde as três empresas, Pró-Empresa, Pró-Garante e Pró-Capital fizeram uma retrospectiva do ano de 2023.

2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

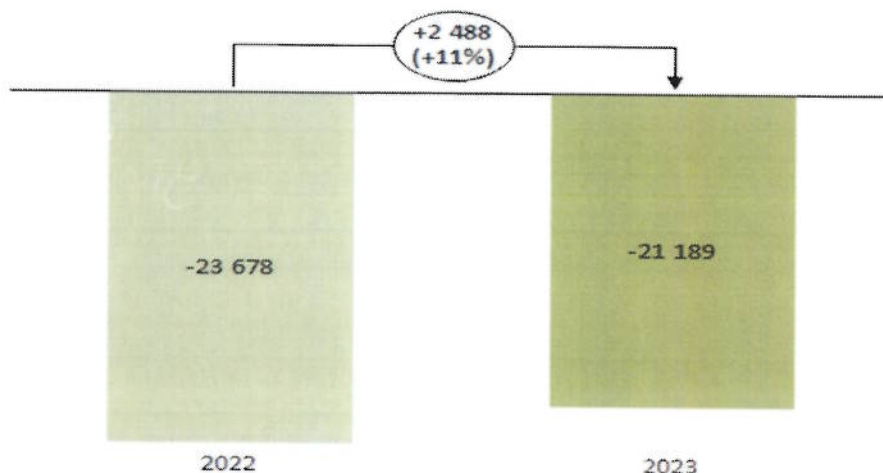
2.1 RESULTADOS DO EXERCÍCIO

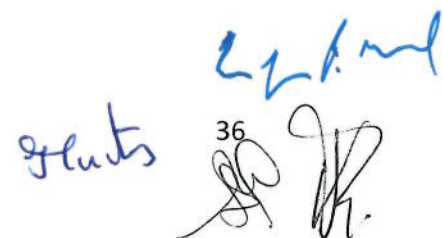
DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS

A Pró-Capital registou em 2023 um resultado líquido negativo de mESC 21.189, contudo teve uma variação positiva de 11% em relação ao período homólogo, equivalente a mESC 2.488.

Contribuíram para este resultado, principalmente, os ganhos angariados tanto na margem financeira (mESC 12.946) quanto na margem complementar (mESC 8.300) mas que não compensaram os custos de estrutura (mESC 42.435), cujos montantes foram superiores aos registados no período homólogo.

Gráfico IV – Resultado Líquido



Fluents
36


A Margem financeira em 2023 registou um aumento de mESC 5.849, 82%, relativamente ao período homólogo, justificado essencialmente:

- i. Pela diminuição dos custos financeiros em mESC 59 (65%), com a diminuição dos custos com recursos de outras instituições de crédito;
- ii. Pelo aumento dos juros derivado de um reforço de aplicações.

A Margem complementar registou um aumento de mESC 2.798, 51%, face ao período homólogo, explicado pelo aumento dos rendimentos de serviços e comissões no montante de mESC 694, e aumento dos outros proveitos de exploração em mESC 2.256 (309%), representado essencialmente pelo subarrendamento do escritório onde funciona a Pró-Capital.

Dada a evolução dos diferentes agregados, o Produto Bancário da atividade da Pró-Capital registou um aumento de mESC 8.647, 69%, face ao período homólogo, impulsionado pelo crescimento da margem financeira e da margem complementar.

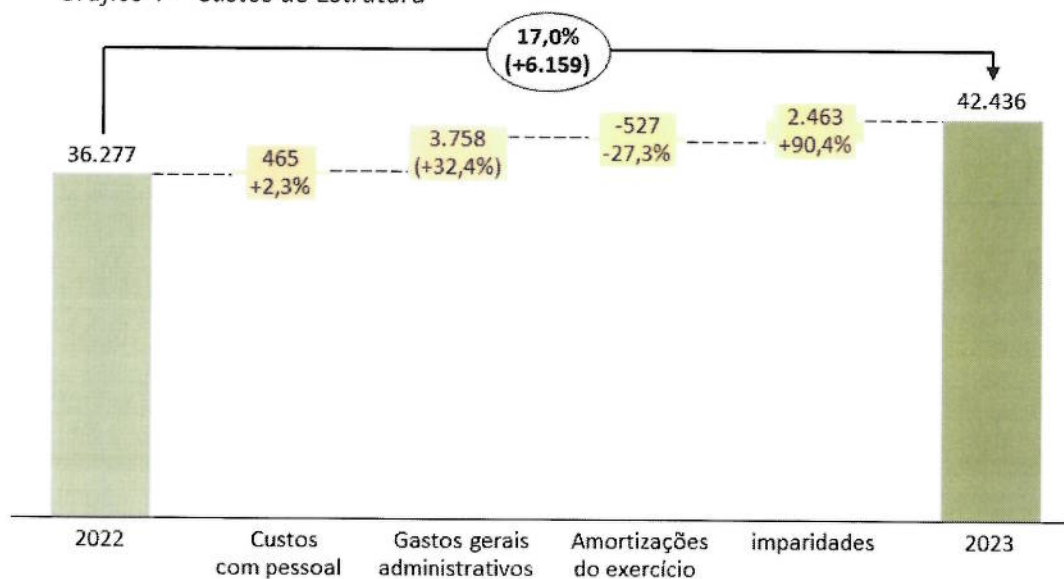
Os custos de estrutura que englobam os gastos gerais administrativos, custos com pessoal, amortizações do exercício e Imparidades de outros ativos, totalizaram o montante de mESC 42.435, registando um aumento de mESC 6.158, 17%, face a 2022, justificado com o incremento dos Gastos administrativos em mESC 3.758, 32% e pela constituição de imparidades por dívida de uma participada em mESC 5.188. As variações das grandes rúbricas de Gastos, foram, essencialmente, nos Serviços especializados (contratação de duas empresas, uma para prestação de serviços de renovação de Website, e outra para produção de um novo vídeo institucional), Publicidade e Propaganda (aumento de participação em feiras e patrocínio do Web Summit e atividades paralelas da FIC 2023), Deslocações e Estadas (visitas a futuras participadas em várias ilhas) etc. Convém realçar que apesar do aumento dos gastos em relação ao período homólogo, os mesmos foram devidamente projetados no PAO para 2023.

Quadro VII – Custos de Estrutura

CUSTOS DE ESTRUTURA	Variação			
	2023	2022	(%)	Abs.
Custos com pessoal	20 491	20 027	2,32%	464
Gastos gerais administrativos	15 353	11 595	32,41%	3 758
Amortizações do exercício	1 403	1 930	-27,31%	-527
Imapridade de Outros Ativos	5 188	2 725	90,39%	2 463
CUSTO DE ESTRUTURA	42 435	36 277	97,81%	6 158

Handwritten signature and initials in blue ink, including the number 37.

Gráfico V – Custos de Estrutura

**Quadro VIII – Demonstração de Rendimento Integral**

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL	Variação			
	dez/23	dez/22	%	abs.
Juros e rendimentos similares	12 978	7 189	80,53%	5 789
Juros e Rendimentos Créditos	912	1 808	-49,56%	(896)
Juros dos Títulos de dívida	26	477	-94,55%	(451)
Juros títulos dos outros residentes	886	881	0,57%	5
Outros juros e rendimentos similares	-	450	-100,00%	(450)
Juros das Aplicações	12 067	5 380	124,29%	6 687
Juros e encargos similares	32	91	-64,84%	(59)
Juros Recurso IC's	32	91	-64,84%	(59)
MARGEM FINANCEIRA	12 946	7 098	82,39%	5 848
Rendimentos de serviços e comissões	5 844	5 150	100,00%	694
Encargos com serviços e comissões	250	38	557,89%	212
Resultados de alienação de outros ativos	-	3	-100,00%	(3)
Outros resultados de exploração	2 707	387	599,48%	2 320
Outros Proveitos de Exploração	2 986	730	309,04%	2 256
Outros Custos de Exploração	279	342	-18,42%	(63)
MARGEM COMPLEMENTAR	8 300	5 502	50,858%	2 798
PRODUTO BANCÁRIO	21 246	12 600	68,62%	8 646
Custos com pessoal	20 491	20 027	2,32%	464
Gastos gerais administrativos	15 353	11 595	32,41%	3 758
Amortizações do exercício	1 403	1 930	-27,31%	(527)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões	5 188	2 725	0,00%	2 463
CUSTO DE ESTRUTURA	42 435	36 277	16,97%	6 158
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(21 188)	(23 677)	10,51%	2 488
Imposto Corrente Tributação Autonomia	1,434	0,383	-274,41%	1,051
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(21 189)	(23 678)	10,51%	2 487

Anexo à Instrução nº 136/2008 do Banco de Cabo Verde

38

Handwritten signatures and initials in blue ink.

BALANÇO**Ativo líquido**

O ativo líquido da Pró-Capital situou-se nos mESC 884.350 em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento considerável de mESC 226.317 (35%) face a dezembro de 2022, justificada essencialmente:

- Pelo aumento dos outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados em mESC 61.432, 113%, com a entrada de mais duas participadas;
- Pelo aumento das aplicações em instituições de crédito em mESC 173.263, 54%;
- Pelo aumento dos empréstimos a receber em mESC 67.048, 315%;
- Pelo aumento dos Investimentos em filiais em mESC 101.000, 25250% com o investimento no Fundo Soberano de Garantia de Investimento Privado.

Quadro XII – Ativo Total

ATIVO	Dez/23			Dez/22	Variação	
	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES	ATIVO LIQUIDO		Abs.	(%)
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	30	0	30	30	0	0,00%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	45 783	0	45 783	136 858	-91 075	-66,55%
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	115 710	0	115 710	54 278	61 432	113,18%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	107 719	0	107 719	95 700	12 019	12,56%
Aplicações em instituições de crédito	495 303		495 303	322 040	173 263	53,80%
Ativos financeiros ao custo amortizado	88 317	0	88 317	21 269	67 048	315,24%
Activos não correntes detidos para venda	4 977	0	4 977	4 952	25	0,50%
Outros activos tangíveis	8 694	-6 029	2 665	3 968	-1 303	-32,84%
Activos intangíveis	1 229	-1 170	59	159	-100	-62,89%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1 400	0	1 400	400	1 000	250,00%
Activos por impostos correntes	272	0	272	272	0	0,00%
Outros activos	29 829	-7 913	22 116	18 108	4 008	22,13%
Total do Activo	899 263	-15 112	884 350	658 034	226 316	34,39%

Passivo e capital Próprio

Face a dezembro de 2022, o passivo total em 2023 registou uma diminuição de mESC 1.782 (-49%), justificado, essencialmente, pelo término do empréstimo leasing, e pela diminuição dos outros passivos em mESC 977, (-35%).

Quanto ao Capital Social, por decisão do acionista único Estado de Cabo Verde, teve um aumento de mESC 224.792, 41% em 2023.

O total do Capital Próprio em 31 de dezembro de 2023 é de mESC 882.526, um aumento de mESC 228.098, 35%, em relação ao ano anterior.

ELA
 39
 J. A. M.
 J. A. M.

Quadro XI – Passivo e Capital Próprio

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			VARIACÃO	
	2023	2022	Abs.	(%)
Recursos de outras instituições de crédito	0	806	-806	-100,00%
Passivos por impostos correntes	1,434	0,383	-70	-18276,76%
Outros passivos	1 823	2 800	-977	-34,89%
Total do Passivo	1 824	3 606	-1 782	-49,41%
Capital Social	775 792	551 000	224 792	40,80%
resultados Transitados	-92 108	-68 431	-23 677	-34,60%
Outros instrumentos de capital	220 031	195 536	24 495	12,53%
Resultado do exercício	-21 189	-23 677	2 488	10,51%
Total do Capital próprio	882 526	654 428	228 098	34,85%
Total do Passivo e do Capital Próprio	884 350	658 034	226 316	34,39%

Quadro XII – Balanço

ACTIVO	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Variação	
			Abs.	%
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	30	30	0	0,00%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	45 783	136 858	-91 075	-66,55%
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	115 710	54 278	61 432	113,18%
Aplicações em instituições de crédito	495 303	322 040	173 263	53,80%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	107 719	95 700	12 019	12,56%
Ativos financeiros ao custo amortizado	88 317	21 269	67 048	315,24%
Activos não correntes detidos para venda	4 977	4 952	25	0,50%
Outros activos tangíveis	2 665	3 968	-1 303	-32,84%
Activos intangíveis	59	159	-100	-62,89%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1 400	400	1 000	250%
Activos por impostos correntes	272	272	0	0,00%
Outros activos	22 116	18 108	4 008	22,13%
Total do Activo	884 350	658 034	226 316	34,39%
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
Recursos de outras instituições de crédito	0	806	-806	-100,00%
Passivos por imposto corrente	1,4	0	1	274,41%
Outros passivos	1 823	2 800	-977	-34,89%
Total do Passivo	1 824	3 606	-1 782	-49,41%
Capital	775 792	551 000	224 792	40,80%
resultados Transitados	-92 108	-68 431	-23 677	-34,60%
Outros instrumentos de capital	220 031	195 536	24 495	12,53%
Resultado do exercício	-21 189	-23 677	2 488	10,51%
Total do Capital próprio	882 526	654 428	228 098	34,85%
Total do Passivo e do Capital Próprio	884 350	658 034	226 316	34,39%
	0	0	0	0

2.2 INDICADORES DE DESEMPENHO

Para analisar o impacto das contas de 2023 no desempenho da Pró-Capital, foi analisado um conjunto dos principais indicadores de rentabilidade, eficiência e sustentabilidade financeira, ou seja, medimos o nosso progresso em relação aos objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos.

ELA
João
 40


2.2.1 RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA

Os principais indicadores de rentabilidade e eficiência, de acordo com o quadro apresentado, refletem o desempenho da Pró-Capital em 2023. Assim sendo, a Rentabilidade do Ativo (ROA) passou de -3.62% em 2022 para -2.40% em 2023 e a Rentabilidade dos Recursos Próprios (ROE) atingiu os -2.40% em 2023, após ter registado -3.60% em 2022. Há uma melhoria significativa destes indicadores, devido ao aumento dos recursos próprios da instituição, mas continuam negativos por causa do resultado líquido negativo.

O rácio *Cost to Income*, indicador da eficiência da instituição, melhorou em 2023, tendo passado de 266% para 200%, em consequência do aumento do produto bancário em mESC 8.646, 69%.

A produtividade dos colaboradores, medida pelo rácio Produto Bancário/Nº médio de trabalhadores ativos, registou uma evolução positiva, passando de mESC 1.575 em 2022 para mESC 2.656 em 2023, explicado também pelo aumento do produto bancário.

Quadro IX – Indicadores de Rentabilidade e Eficiência

Indicadores de Rentabilidade e Eficiência	Variação			
	dez/23	dez/22	(%)	Abs.
Resultado do Exercício/Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	-2,40	-3,62		1,22
Resultado do Exercício/Ativo Líquido Médio (ROA) (%)	-2,40	-3,60		1,20
Cash Flow do Exercício/Recursos Próprios Médios (%)	-1,65	-2,91		1,26
Cash Flow do Exercício/Ativo Líquido Médio (%)	-1,65	-2,89		1,24
Margem Complementar/Custo com Pessoal (%)	40,51	27,48		13,03
Custo de Estrutura /Produto Bancário (Cost to Income) (%)	200	266		-66
Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores (contos)	2 656	1 575	69%	1 081
Cash Flow do Exercício/Nº Médio Trabalhadores (contos)	-1 825	-2 378	23%	553

2.3 RÁCIOS PRUDENCIAIS

No que respeita à solidez e à sustentabilidade financeira, a Pró-Capital tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com os rácios a situarem-se acima dos mínimos exigidos.

Os Fundos Próprios da Instituição aumentaram em 2023, mESC 228.199 (35%), comparativamente ao período homólogo. O Rácio de Solvabilidade situou-se nos 196% em dezembro de 2023, ressaltando uma boa margem sobre o mínimo exigido de 12%, evidenciando assim uma diminuição em relação ao ano de 2022 de mESC 29%. O Rácio da Cobertura do Imobilizado, por sua vez, alcançou 33.113%, situando-se igualmente acima do limite mínimo definido (100%).

41

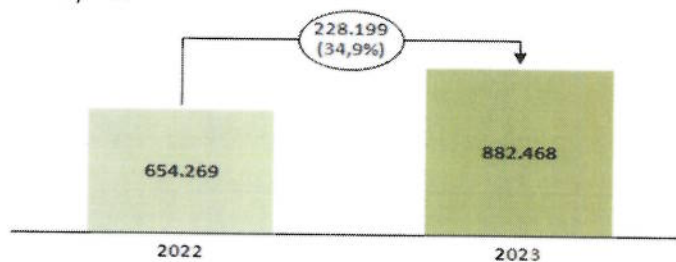
Guant *Ch. L. M.* *[Signature]* *[Signature]*

Quadro X – Rácios Prudenciais

Rácios Prudenciais	Variação			
	dez/23	dez/22	Abs.	(%)
Fundos Próprios (ECV) (Aviso nº 3/2007)	882.468	654.269	228.199	34,88%
Rácio de Solvabilidade (%) (Aviso nº 4/2007)	196	225	-29	
Rácio Limite Imobilizações (%) (Aviso nº 4/2007)	33.113	16.489	16.624	

Anexo à Instrução nº 4/2007 do Banco de Cabo Verde

Gráfico VI – Fundos Próprios


**3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

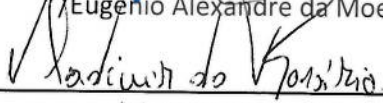
Considerando que:

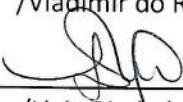
No quarto ano de atividades da Pró-Capital, foi apurado um resultado líquido negativo de mESC 21.189.

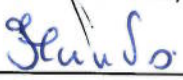
O Conselho de Administração da Pró-Capital, nos termos e para os efeitos da alínea j) do nº 3 do artigo 72 do decreto legislativo nº 2/2019 que aprovou o código das Sociedades Comerciais, e do artigo 12, nº 3 a) dos seus estatutos propõe que o resultado obtido no exercício de 2023, seja levado a Resultado Transitados.

O Conselho de Administração

Presidente 
/Eugénio Alexandre da Moeda/

Administrador 
/Vladimir do Rosário/

Administrador 
/Ligia Piedade Pinto/

O Técnico Oficial Contas 
/Maria Idalsisa Martins/

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

PRÓ-CAPITAL SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SOCIEDADE UNIPESSOAL SA
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Provisões, Incorrididade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
ATIVO					
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		30	-	30	30
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	45 783	-	45 783	136 858
Aplicações em instituições de crédito	4	495 303	-	495 303	322 040
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5	115 710	-	115 710	54 278
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6	107 719	-	107 719	95 700
Ativos financeiros ao custo amortizado	7	88 317	-	88 317	21 269
Ativos não correntes detidos para venda	8	4 977	-	4 977	4 952
Outros ativos tangíveis	9	8 694	(6 029)	2 665	3 968
Ativos intangíveis	10	1 229	(1 170)	59	159
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	1 400	-	1 400	400
Ativos por impostos correntes		272	-	272	272
Outros ativos	12	29 829	(7 913)	22 116	18 108
Total do Ativo		899 263	(15 112)	884 350	658 034
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	13		-	-	806
Passivos por impostos correntes	14			1,43	0
Outros passivos	15			1 823	2 800
Total do Passivo				1 824	3 606
Capital Próprio					
Capital	16			775 792	551 000
Resultados transitados	16			(92 108)	(68 431)
Outros instrumentos de capital	16			220 031	195 536
Resultado do exercício	16			(21 189)	(23 677)
Total do Capital Próprio				882 526	654 428
Total do Passivo e do Capital Próprio				884 350	658 034

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas

/Maria Idalsisa Martins/

PRÓ-CAPITAL SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SOCIEDADE UNIPESSOAL SA
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2023	2022
Juros e rendimentos similares		12 978	7 189
Juros e Rendimentos Créditos	17	912	1 808
Juros dos Títulos de dívida		26	477
Juros títulos dos outros residentes		886	881
Outros juros e rendimentos similares		-	450
Juros das Aplicações		12 067	5 380
Juros e encargos similares	17	32	91
Juros Recurso IC's		32	91
MARGEM FINANCEIRA		12 946	7 098
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Rendimentos de serviços e comissões	18	5 844	5 150
Encargos com serviços e comissões	18	250	38
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de alienação de outros activos		-	3
Outros resultados de exploração	19	2 707	388
Outros Proveitos de Exploração		2 986	730
Outros Custos de Exploração		279	342
MARGEM COMPLEMENTAR		8 300	5 503
PRODUTO BANCÁRIO		21 247	12 600
Custos com pessoal	20	20 491	20 027
Gastos gerais administrativos	21	15 353	11 595
Amortizações do exercício	9 e 10	1 403	1 930
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	12	5 188	2 725
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(21 188)	(23 677)
Correntes	14	1	0
Diferidos		-	-
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		(21 189)	(23 677)
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL		-	-
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		(21 189)	(23 677)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas

/Maria Idalsisa Martins

PRÓ-CAPITAL SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SOCIEDADE UNIPessoAL SA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	Capital	Reserva Legal	Outros Instrumentos de capital	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		332 250	-	120 000	(42 645)	(25 785)	383 820
Aplicação dos resultados do período anterior		-	-	-	(25 785)	25 785	-
Realizações de capital	16	218 750	-	-	-	-	218 750
Acções ordinárias		-	-	-	-	-	-
Outros Instrumentos de Capital	16	-	-	75 536	-	-	75 536
Resultado líquido do período		-	-	-	-	(23 677)	(23 677)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16	551 000	-	195 536	(68 431)	(23 677)	654 428
Aplicação dos resultados do período anterior		-	-	-	(23 677)	23 677	-
Realizações de capital	16	224 792	-	-	-	-	224 792
Acções ordinárias		-	-	-	-	-	-
Outros Instrumentos de Capital	16	-	-	24 495	-	-	24 495
Resultado líquido do período		-	-	-	-	(21 189)	(21 189)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16	775 792	-	220 031	(92 108)	(21 189)	882 526

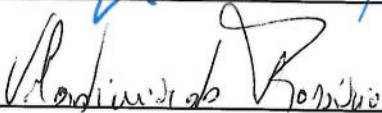
O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração


Presidente



Administrador



Administrador



O Técnico Oficial Contas


/Maria Idalsisa Martins/

PRÓ-CAPITAL SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SOCIEDADE UNIPESSOAL SA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DEZEMBRO 2023

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de juros e comissões		9.665	6.132
Pagamento de juros e comissões		(838)	(302)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores		(29.798)	(31.640)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(6.194)	630
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		(27.165)	(25.180)
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:			
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para a venda		1.055	1.245
Aplicações em instituições de crédito	4	(170.000)	(236.000)
Títulos de dívida	7	(66.998)	-
Empréstimos e contas a receber	7	-	27.200
Outros ativos		(2.000)	-
		(237.943)	(207.555)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:			
Recursos de instituições de crédito	13	(804)	(1.326)
Outros passivos		-	-
		(804)	(1.326)
Caixa líquida das atividades operacionais		(238.747)	(208.882)
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:			
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5	(61.432)	(12.078)
Ativos financeiros ao justo valor através de outros rendimento integral	6	(12.019)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	6	-	23.900
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	(1.000)	-
Outros ativos tangíveis/intangíveis		-	12
Dividendos recebidos		-	-
Caixa líquida das atividades de investimento		(74.451)	11.834
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Realização de capital	16	224.792	218.750
Outros Instrumentos de capital	16	24.495	75.536
Caixa líquida das atividades de financiamento		249.287	294.286
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		(91.076)	72.058
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3	136.888	64.830
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3	45.813	136.888

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas

/Maria Idalsisa Martins/

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Pró-Capital - Sociedade de Capital de Risco, Sociedade Unipessoal, S.A. (adiante designada por Pró-Capital ou Sociedade) foi constituída em 30 junho de 2017 pelo Decreto-Lei nº 28/2017 e Aviso nº4/2018 do BCV – Banco de Cabo Verde, publicado no BO II Série número 32 de 18 de maio.

A Pró-Capital é uma instituição financeira pública, sob a forma de sociedade anónima, com capital social de mESC 775.792, realizado pelo Estado. Rege-se pelas normas legais e regulamentares aplicáveis às sociedades de capital de risco e pela lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor empresarial e as bases gerais das empresas públicas.

A Sociedade tem por objeto participar no capital social de empresas viáveis, mas em situação financeira difícil, com o propósito de sua recuperação através da participação temporária no respetivo capital social. Adicionalmente, prestar assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial às sociedades em cujo capital participe. Investe por períodos de tempo limitados (máximo de 12 anos) e de forma minoritária, não ultrapassando os 49% do capital. As ações são obrigatoriamente colocadas no mercado e alienadas no momento de saída da Pró-Capital caso os acionistas da empresa participada não revelem interesse em adquirir as ações detidas.

Tem como Missão, afirmar-se como uma instituição nacional, sólida, norteadada pelo rigor e transparência e reconhecida pelo seu papel na criação e desenvolvimento de empresas, mediante o suprimento de capital e a assistência técnica e financeira na profissionalização da gestão do negócio. Tem como Visão impor-se como instituição de promoção do capital de risco em Cabo Verde, contribuindo para a afirmação deste instrumento financeiro e apoiar no desenvolvimento e fortalecimento do tecido empresarial.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Handwritten Signature".

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS), em vigor a 1 de janeiro de 2023, nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC). A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Sociedade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 1.1.15.

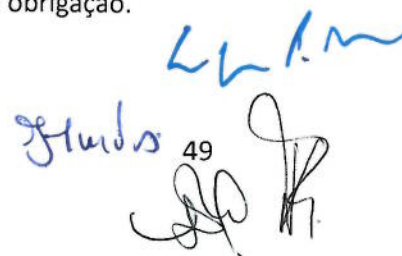
As bases de mensuração de ativos e passivos utilizados à data das demonstrações financeiras, são as que seguem:

(i) Justo valor - quantia pela qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transação em que não existe relacionamento entre essas mesmas partes;

(ii) Custo amortizado - é o valor na data de reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método de juro efetivo, menos qualquer redução por perda de valor. O método da taxa efetiva é o método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e de imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período relevante. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro; e

(iii) Custo histórico - de acordo com esta base de mensuração, os ativos são contabilizados pelo valor pago em caixa ou seus equivalentes ou pelo justo valor de outra retribuição que tenha sido dada para adquirir o ativo na data de aquisição ou, ainda, quando aplicável, pelo valor atribuído a um ativo no seu reconhecimento inicial. No caso dos passivos, estes são contabilizados pelos valores de caixa e seus equivalentes a serem pagos ou pelo justo valor de outra retribuição a ser entregue para liquidar a obrigação.

49



Resumo das novas normas que se tornaram efetivas em ou após 1 de janeiro de 2023:

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2023		
• IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
• IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
• IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial simultâneo dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
• IAS 12 – Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar Dois	Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar Dois. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos)	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023
• IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação	1 de janeiro de 2023
• IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfazamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9	1 de janeiro de 2023

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Pró-Capital.

Henri
L. L. M.
50


Descrição	Alteração	Data efetiva
2. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2024		
<ul style="list-style-type: none"> IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com “covenants” 	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”	1 de janeiro de 2024
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação 	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis	1 de janeiro de 2024
<ul style="list-style-type: none"> IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores 	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis	1 de janeiro de 2024
<ul style="list-style-type: none"> IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade 	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para divulgação em 22 de maio de 2024 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral, estando, assim, sujeitas a alterações pelos acionistas.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023 são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022.

As políticas contabilísticas materiais e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

1.1.1 Especialização de exercícios (ou do acréscimo)

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio de especialização de exercícios, sendo registado quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.






1.1.2 Instrumentos financeiros

Classificação dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias, tendo por base o modelo de negócio da entidade para gerir os ativos financeiros e as características contratuais em termos de fluxos de caixa do ativo financeiro:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais e,
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

São ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito titulado a empresas e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de participações financeiras. Inclui ainda os títulos de dívida e obrigações de tesouros que foram adquiridos pela Pró-Capital para detenção até à maturidade.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, pela aplicação do método da taxa de juro efetiva, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Alterações na avaliação do modelo de negócio

Os ativos financeiros não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial. No entanto, caso ocorra uma alteração no modelo de negócios de gestão de determinados ativos, a Pró-Capital classificará os novos ativos gerados ou adquiridos de acordo com o novo modelo de negócios, mas manterá a classificação dos ativos existentes à data da alteração de acordo com o modelo de negócios anterior.

52
gluata
ESF.M
R.

Reconhecimento e desconhecimento

As aquisições de ativos financeiros são reconhecidas na data da sua negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a adquirir esses ativos financeiros.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando a) expiram os direitos contratuais da Sociedade ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, b) a Sociedade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou c) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, tenha transferido o controle sobre os ativos.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que correspondem a ações de empresas, são mensurados ao justo valor e apenas em circunstâncias limitadas, os custos podem ser uma estimativa adequada do justo valor. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação vão ser registados diretamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor, de instrumentos de dívida, são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas “Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” ou “Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações”, respetivamente. No momento da venda, as variações acumuladas no justo valor dos instrumentos de capital, são transferidas para “Resultados transitados”.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros relativamente aos títulos de rendimento variável não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) é determinado com base em modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito da Sociedade ao seu recebimento.

c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

O ativo financeiro é classificado como ativo financeiro ao justo valor através de resultados sempre que devido ao modelo de negócio da Sociedade ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais, não seja apropriado classificar os ativos financeiros em nenhuma das categorias anteriores.

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, os quais englobam essencialmente títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
- Ativos financeiros classificados como ao justo valor através de resultados. A utilização da “*Fair value option*” implica o registo nesta categoria dos instrumentos financeiros de forma irrevogável no reconhecimento inicial, encontrando-se limitada a situações em que a sua aplicação resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
- Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“*accounting mismatch*”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de se mensurar ativos e passivos ou de se reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

- Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas, e informação sobre o grupo seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
 - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato;
 - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

A Sociedade regista nesta categoria a generalidade dos instrumentos de capital, relativo à atividade de capital de risco, incluindo os casos de instrumentos que tenham associados derivados, nomeadamente o direito ou a obrigação contratual de alienar as participadas no âmbito de Acordos Parassociais celebrados na data da tomada das participações.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

1.1.3 Imparidade de ativos financeiros

A imparidade dos ativos financeiros é calculada segundo o modelo das “perdas de crédito esperadas”, e é aplicada aos instrumentos financeiros detidos cuja mensuração seja ao custo amortizado.

O modelo geral das perdas de crédito esperadas prevê a aplicação de uma abordagem em três etapas (“stage”) para o apuramento da imparidade. Esta abordagem pode ser resumida do seguinte modo:

- Stage 1: os ativos financeiros são classificados em stage 1 sempre que se estime que não se venha a verificar um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve ser reconhecido em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses após a data de reporte;
- Stage 2: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros, é realizado um apuramento da perda de crédito esperada e são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos (“lifetime”);
- Stage 3: os ativos classificados neste stage apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste

caso, a perda esperada de imparidade de crédito será reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expectável dos ativos financeiros.

A aplicação do modelo de imparidade depende da ocorrência ou não de um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Caso o risco de crédito de um instrumento financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a empresa reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos 12 meses seguintes. Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, é reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

A Sociedade considera que existe um aumento significativo no risco de crédito se o cliente cessar o contrato de fornecimento (por mudança de comercializador) ou se existir evidência objetiva que um ativo financeiro está em imparidade, incluindo os dados observáveis que evidenciam eventos de perda, entre outros: dificuldade financeira significativa do devedor, reestruturação de um valor em dívida à empresa.

Uma vez verificado o evento de perda de crédito, a imparidade acumulada é diretamente imputada aos saldos em causa. O valor contabilístico do ativo é reduzido e o montante de perdas por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados. Se, num período subsequente, o montante de imparidade diminuir, o montante de perdas por imparidade previamente reconhecido é revertido igualmente na demonstração dos resultados, se a diminuição dessa imparidade estiver objetivamente relacionada com o evento ocorrido após o reconhecimento inicial.

1.1.4 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (ou um grupo para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que a sua quantia escriturada venha a ser recuperada através da venda em lugar de o ser pelo seu uso continuado. Assim, o ativo (ou grupo para alienação) deve assegurar o cumprimento dos seguintes requisitos para que seja classificado nesta rubrica:

- O ativo deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente e deve ser amplamente publicitado para venda a um preço que seja razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- A venda do mesmo seja altamente provável e existir a convicção que a venda se concretize dentro de um ano a partir da data da sua classificação nesta rubrica.

Nas circunstâncias em que a venda do ativo não se verifique no prazo de um ano, é efetuada uma avaliação se os requisitos acima continuam a ser cumpridos, nomeadamente se o prolongamento do período de conclusão da venda seja justificado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo

56


da Sociedade e se houver prova suficiente de que a Sociedade continua comprometida com o seu plano de vender o ativo (ou um grupo para alienação).

Para os ativos cuja expectativa de venda ocorra num prazo superior a um ano, esses ativos são reclassificados para a rubrica de outros ativos e sujeitos a testes de imparidades.

Os ativos não correntes (ou grupo para alienação) classificados como detidos para venda são valorizados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os gastos de vender. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

1.1.5 Outros ativos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, acrescido das despesas diretamente imputáveis à sua aquisição. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

As beneficiações construídas em propriedade de terceiros são capitalizadas enquanto ativos fixos tangíveis, sendo depreciadas entre o menor da sua vida útil, e o período de tempo expectável de ocupação destas propriedades pela empresa.

A empresa estima o valor residual dos ativos fixos tangíveis em zero, uma vez que a expectativa da Gestão é utilizar os ativos pela totalidade da sua vida económica.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

Equipamentos	Anos de vida útil	Taxa
Mobiliário e material	8	12,5%
Equipamento informático	5	20%
Instalações interiores	8	33,3%
Material de transporte	4 a 8	14,3%
Maquina e ferramentas	5	20-25%

Periodicamente é realizada análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis. A imparidade traduz uma perda de valor sofrida pelo ativo devido a fatores externos ou internos à entidade, em consequência da sua incapacidade para gerar benefícios económicos. As

perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em exercícios seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.

No caso das viaturas é considerado uma estimativa do valor residual no final da vida útil.

1.1.6 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: (i) sejam identificáveis, (ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros e (iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende (i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição de *software e sistema de informação* utilizado no desenvolvimento das atividades da Sociedade, amortizados de forma linear ao longo de 3 anos. As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que ocorrem.

1.1.7 Locações

A Sociedade avalia se um contrato é ou contém uma locação, no início do contrato. A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e o correspondente passivo de locação em relação a todos os contratos de locação em que é locatário, exceto para locações de curto prazo, definidos como locações com prazo de locação de inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor, cujos pagamentos da locação são reconhecidos como um gasto operacional de forma linear pelo prazo da locação.

O passivo de locação é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos vincendos à data de entrada em vigor da locação, descontados com base na taxa de juro implícita do contrato de locação, e se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Sociedade utiliza a sua taxa de financiamento incremental. O passivo de locação é subsequentemente aumentado pelo acréscimo dos juros sobre o passivo e reduzidos pelos pagamentos de locação, sendo remensurado quando ocorram revisões ou modificações às condições do contrato de locação.

Os ativos sob direito de uso compreendem a mensuração inicial do passivo correspondente, os pagamentos efetuados antes ou no dia da entrada em vigor da locação e quaisquer custos diretos

iniciais, deduzidos dos incentivos recebidos. Os ativos sob direito de uso são subsequentemente mensurados pelo custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As locações de valor variável que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo de locação e do ativo sob direito de uso. Os respetivos pagamentos são reconhecidos como gasto no período a que respeitam e são registados na rúbrica de fornecimentos e serviços externos.

1.1.8 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, incluindo custos ou proveitos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

1.1.9 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2019 a 2023 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Sociedade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa de imposto em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são

revisados anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

1.1.10 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinada com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

As provisões são mensuradas ao valor presente da melhor estimativa da Gestão, quanto aos gastos estimados que são necessários para liquidar a obrigação presente, por referência à data de relato. A taxa de desconto utilizada para determinar o valor presente é uma taxa antes de impostos que reflete as atuais avaliações de mercado do valor temporal do dinheiro, bem como dos riscos inerentes a passivo. O aumento do valor da provisão decorrente da passagem do tempo é reconhecido em juros e encargos similares.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objetos de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

1.1.11 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, com risco mínimo de variação de justo valor e com maturidades desde a data da emissão ou aquisição até três meses.

1.1.12 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio.

1.1.13 Responsabilidades assumidas com o pessoal

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no

60
Guedes



ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outros Passivos (ver Nota 15).

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.1.14 Rédito de comissões e serviços

O rédito com comissões e rendimento de serviços é reconhecido na medida em que as obrigações de desempenho são satisfeitas.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

1.1.15 Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Sociedade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos referem-se, essencialmente, à determinação (i) do justo valor dos ativos financeiros (ver Notas 5 e 6) e (ii) das perdas por imparidades dos ativos financeiros ao custo amortizado (ver Nota 7).

A classificação dos investimentos efetuados no capital de outras entidades ("participadas") é efetuada consoante a estratégia de detenção (carteira de investimentos), a capacidade de exercício de controlo ou de influência significativa. Em relação a cada participada, a Empresa avalia com base na percentagem de voto detidos e nos contratos parassociais que possam existir, em que medida está exposta, ou tem direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com as participadas e que resultam no poder de tomar decisões com impacto na gestão da atividade das participadas, apesar de a percentagem de direitos de voto ser inferior a 50% (controlo de facto) ou se apenas exerce influência significativa. São classificados como Ativos financeiros ao justo valor através

dos resultados, os interesses nas participadas em que a Empresa atua como um mero investidor / financiador no âmbito das competências atribuídas pelo Estado para apoio a empresas viáveis em situação financeira difícil, e por um período temporal pré-definido, não correspondendo a uma estratégia da detenção de um interesse no valor residual da participada.

2. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Sociedade

O principal risco a que a Sociedade se encontra exposta é o risco de variação no justo valor dos seus investimentos em participações financeiras. Este risco é gerido através de procedimentos definidos de análise e aprovação de novas entradas no capital, e de procedimentos de acompanhamento frequente e regular da atividade das participadas.

Risco cambial

Todos os ativos e passivos da Sociedade encontram-se expressos em Escudos de Cabo Verde, pelo que a Sociedade não está exposta a risco cambial.

Risco de liquidez

A Sociedade apresenta fundo de maneiio positivo. Apesar de ter gerado fluxos de caixa operacionais negativos durante os 4 anos de atividade, a Sociedade tem vindo a conseguir suprir as suas necessidades de tesouraria devido ao saldo inicial em caixa e bancos, pelo que não enfrentou problemas de liquidez.

Risco de taxa de juro

A gestão do risco de taxa de juro visa proteger o valor patrimonial, assim como otimizar a margem financeira da Pró-Capital.

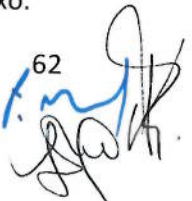
A Pró-Capital assume o risco de taxa de juro sempre que nas operações contratadas existem fluxos financeiros sensíveis a variações de taxas de juro.

A flutuação das taxas de juros tem impacto direto na rendibilidade das aplicações financeiras realizadas pela Pró-Capital.

Para os ativos financeiros, a Pró-Capital definiu como política realizar investimentos apenas em renda fixa. Os ativos financeiros remunerados à taxa de juro correspondem, essencialmente, a depósitos a prazo, títulos da dívida pública e títulos de dívida de emissores nacionais. A empresa não detém passivos financeiros.

Neste contexto, a Sociedade avalia o risco associado a variações de taxa de juro como sendo baixo.

62
Flaubs



Risco de crédito

A exposição da Pró-Capital ao risco de crédito está associada, essencialmente, aos suprimentos concedidos às participadas. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Decompõem-se como segue:

	mESC	
	2023	2022
Depósitos a ordem		
Banco Comercial do Atlântico	29 147	38 528
Banco Cabo-verdiano de Negócios	2 923	3 136
ECOBANK	2 748	52 748
Banco Bai de Cabo Verde	2 949	2 845
IIB - International Investm	5 950	36 673
Caixa Económica de Cabo Verde	1 910	2 129
Banco Interatlântico	156	799
	45 783	136 858

Os depósitos à ordem não vencem juros.

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O saldo desta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

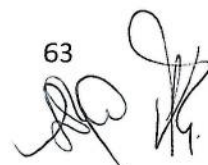
	mESC	
	2023	2022
Depósitos a prazo		
IIB	120 000	-
BAI CV	50 000	-
BCN- Banco Caboverdiano de Negócios	321 000	321 000
	491 000	321 000
Juros a receber	4 303	1 040
	495 303	322 040

O depósito a prazo no BCN vence juros à taxa anual de 2,75%. Os depósitos no BAI Cabo Verde e no Banco Internacional de Cabo Verde vencem juros à taxa anual de 2,25%.

ELI.M

63

Glauco



5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em conformidade com o regulamento para investimentos da Pró-Capital, os investimentos detidos nas participadas serão objeto de mensuração pelo justo valor a partir do 3º ano de atividade, a contar da entrada da Pró-Capital na estrutura acionista das entidades, razão pela qual, todas as participadas encontram-se mensurados a 31 de dezembro de 2023, pelo seu custo de aquisição e apresentam a seguinte composição:

	Saldo em 31-12-2021	Movimentos em 2022		Saldo em 31-12-2022	% de participação	Movimentos em 2023	Saldo em 31-12-2023	% de participação
		Aquisições	Alienações			Aquisições		
Agrupamento Complementar de Empresas (A.C.E) - Pró-Táxi, SA	9 200	-	-	9 200	83,64%	-	9 200	83,64%
Hotel HappyDay, SA	25 000	-	-	25 000	25,00%	-	25 000	25,00%
Iramar Clinic Pediatria & Clínica Geral, SA	8 647	-	(8 647)	-	0,00%	-	-	0,00%
SONCENT INN & SUITES, SA	8 000	-	-	8 000	21,39%	6 000	14 000	37,44%
Pão de açúcar, SA	-	2 457	-	2 457	30,00%	-	2 457	30,00%
Brazão & Filhos - Agropec	-	9 621	-	9 621	38,19%	3 379	13 000	34,04%
Complexo de Pesca S. Nicolau	-	-	-	-	-	20 000	20 000	31,50%
DM Industrias	-	-	-	-	-	22 053	22 053	25,00%
Fresk D'Gustin	-	-	-	-	-	10 000	10 000	18,89%
	50 847	12 078	(8 647)	54 278		61 432	115 710	

Agrupamento Complementar de Empresas (A.C.E) – Pró-táxi, SA

Trata-se de um agrupamento de empresas com sede social na cidade da Praia e que tem como objeto social o apoio às atividades dos agrupados industriais de táxis e facilitar o desenvolvimento da sua atividade económica, nomeadamente no apoio à obtenção de crédito junto do banco para os membros do agrupamento.

Em julho de 2019, a Sociedade estabeleceu um acordo parassocial com as Empresas agrupadas (A.C.E.) para a realização de uma participação de 83,64% no capital dessa entidade, no montante de mESC 9 200, tendo sido o montante subscrito e realizado em 2019. Excecionalmente, a participação ultrapassa o limite dos 49% no capital social da participada estabelecido nos Estatutos da Pró-Capital, no âmbito do projeto social levado a cabo pelo acionista único.

No âmbito do acordo parassocial, o retorno do investimento foi fixado em mESC 3 625, a ser transferido para a Pró-Capital em 2026, juntamente com o capital investido (ver Nota 12).

Hotel Happy Day, SA

É uma empresa do setor hoteleiro, situada na cidade da Praia, inaugurada em dezembro de 2021.

Em 6 de dezembro de 2019, a Sociedade estabeleceu um Acordo Parassocial com o Hotel Happy Day para a realização de uma participação de 21% no capital dessa entidade, pelo montante de mESC 20 000, realizado em 3 tranches de mESC 12 000, mESC 4000 e mESC 4 000 em 2019, 2020 e 2021, respetivamente. Em abril de 2021, foi celebrado uma adenda ao Acordo de 6 de dezembro de 2019,

para aumento do capital social da Happy Day para mESC 100 000, tendo a Pró-Capital subscrito e realizado o capital adicional de mESC 5 000, perfazendo assim 25% do capital da participada.

No âmbito do acordo parassocial, ficou estabelecido que a Sociedade detém uma opção de venda da sua participação à empresa participada e solidariamente aos seus sócios, a partir de dezembro de 2024. O preço de venda será determinado por auditor independente, não podendo, contudo, ser inferior ao valor da participação inicial (valor de entrada) da Pró-Capital, capitalizado com base numa taxa anual equivalente a cedência de fundos fixado pelo Banco de Cabo Verde, acrescida de 5%.

Iramar Clinic Pediatria & Clinica Geral, SA

A Iramar Clinic é um estabelecimento privado de prestação de cuidados de saúde, situada na cidade da Praia.

Em março de 2021, a Sociedade estabeleceu um Acordo Parassocial com a sócia da Iramar Clinic Pediatria & Clinica Geral, SA, para a realização de uma participação de 49% no capital dessa entidade. O capital foi subscrito e realizado em 2021, no montante de mESC 8 647.

No âmbito do acordo parassocial, ficou estabelecido que a Sociedade detinha uma opção de venda da sua participação à empresa participada e solidariamente aos seus sócios, a partir de março de 2026. O preço de venda seria determinado por auditor independente, não podendo, contudo, ser inferior ao valor da participação inicial (valor de entrada) da Pró-Capital, capitalizado com base numa taxa anual fixa de 8%.

Não obstante, tendo em conta os incumprimentos verificados por parte da participada, a Pró-Capital procedeu ao desinvestimento no capital dessa entidade em 2022, mediante recebimento de mESC 10 647 em espécie (ver Nota 8), o correspondente ao valor do investimento inicial (mESC 8 647), acrescido do suprimento concedido no montante de mESC 2 000.

SONCENT INN & Suítes, SA

É uma empresa no setor hoteleiro, na fase nascente, situada na cidade do Mindelo e que pretende oferecer serviços de alojamentos com quartos de alto standing, serviços de restauração e bar e serviços de rent-a-car.

Em agosto de 2021, a Sociedade estabeleceu um Acordo Parassocial com o administrador da SONCENT INN & SUITES, SA, para a realização de uma participação de 43% no capital dessa entidade, correspondendo a mESC 16 000, tendo realizado 50% desse montante em 2021 com a assinatura do contrato. Em 2023 foi realizado 88% da nossa participação, mESC 14.000.

No âmbito do acordo parassocial, ficou estabelecido que a Sociedade detém uma opção de venda da sua participação à empresa participada e solidariamente aos seus sócios, a partir de agosto de 2026.

65
Handwritten signature and initials in blue ink.

O preço de venda será determinado por auditor independente, não podendo, contudo, ser inferior ao valor da participação inicial (valor de entrada) da Pró-Capital, capitalizado com base numa taxa anual fixa de 7%.

Pão de Açúcar, SA

É uma empresa de produção e venda de produtos de padaria, pastelaria e cafetaria, situada na cidade da Praia e que pretende trazer ao mercado uma nova oferta, com produtos diferenciados na vertente de padaria e pastelaria. Também pretende introduzir tendências internacionais neste ramo. Em maio de 2022 a empresa fez alteração da denominação social de Atelier do Pão – CV, SA para Pão de Açúcar, SA.

Em julho de 2022, a Sociedade estabeleceu um Acordo Parassocial com a administradora do Pão de Açúcar, SA, para a realização de uma participação de 30% no capital dessa entidade, correspondendo a 1 337 ações, pelo montante total de mESC 2 457, o qual foi integralmente realizado em 2022 com assinatura do contrato.

No âmbito do acordo parassocial, ficou estabelecido que a Sociedade detém uma opção de venda da sua participação à empresa participada e solidariamente aos seus sócios, a partir de julho de 2027. O preço de venda será determinado por auditor independente, não podendo, contudo, ser inferior ao valor da participação inicial (valor de entrada) da Pró-Capital, capitalizado com base numa taxa anual fixa de 8%.

Brazão & Filhos- Agropec

É uma empresa constituída em 2019, vocacionado para a produção, transformação e comercialização de produtos agropecuários, localizada em Ribeira Grande de Santiago. A empresa pretende avançar num projeto agropecuário eco sustentado e com diversidade ecológica, com recursos e tecnologias modernas de produção, com o intuito de manter uma oferta permanente de produção de carnes, hortaliças e frutas.

Em fevereiro de 2022, a Sociedade estabeleceu um Acordo Parassocial com o administrador da Brazão & Filhos - Agropec, para realização de uma participação de 28,41% no capital dessa entidade, correspondendo a mESC 10 000, tendo realizado mESC 9 621 desse montante em 2022 com a assinatura do contrato. Em 2023 foi assinado uma adenda ao Acordo Parassocial, em que as partes acordaram que a Pró-Capital realizasse um aumento da sua participação em 5,62% totalizando assim 34,04% do capital nessa entidade, correspondentes a mesc 13 000, tendo sido desembolsado o remanescente do montante da nossa participação neste período.

No âmbito do acordo parassocial, ficou estabelecida o que a Sociedade detém uma opção de venda da sua participação à empresa participada e solidariamente aos seus sócios, a partir de fevereiro de 2027.

66


O preço de venda será determinado por auditor independente, não podendo, contudo, ser inferior ao valor da participação inicial (valor de entrada) da Pró-Capital, capitalizado com base numa taxa anual fixa de 8%.

Sociedade Complexo de Pesca S. Nicolau

O Complexo de Pesca de São Nicolau (CPSN), SA foi criado em junho de 2021, com um Capital Social realizado de mESC 63.484. A sociedade tem por objeto: atividade pesqueira; processamento, comercialização e armazenagem de gelo; processamento, comercialização e armazenagem de pescado; Importação e exportação de pescado entre outras.

A empresa está na fase de implementação e, espera que em 2024 seja um dos principais players do sector das pescas em São Nicolau e em Cabo Verde.

Em março de 2023, a Sociedade estabeleceu um Acordo Parassocial com Complexo de pesca de S. Nicolau, para a realização de uma participação de 31.5% no capital dessa entidade, pelo montante total de mESC 20.000, o qual foi integralmente realizado com assinatura do contrato.

No âmbito do acordo parassocial, ficou estabelecido que a Sociedade detém uma opção de venda da sua participação à empresa participada e solidariamente aos seus sócios, a partir de julho de 2028. O preço de venda será determinado por auditor independente, não podendo, contudo, ser inferior ao valor da participação inicial (valor de entrada) da Pró-Capital, capitalizado com base numa taxa anual fixa de 7%.

DM- Industrias, SA

A DM-INDÚSTRIA, SA, criada em 2018 com um Capital Social realizado de mESC 43.913, tem como objeto social, Indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas; atividades de embalagem; indústria do leite e derivados; comércio a grosso de produtos alimentares; produção de águas minerais e de bebidas refrescantes não alcoólicas e atividades de Importação & Exportação.

Em maio de 2023, a Sociedade estabeleceu um Acordo Parassocial com DM-INDÚSTRIA, SA, para a realização de uma participação de 25% no capital dessa entidade, pelo montante total de mESC 22.053, o qual foi integralmente realizado com assinatura do contrato.

No âmbito do acordo parassocial, ficou estabelecido que a Sociedade detém uma opção de venda da sua participação à empresa participada e solidariamente aos seus sócios, a partir de maio de 2028. O preço de venda será determinado por auditor independente, não podendo, contudo, ser inferior ao valor da participação inicial (valor de entrada) da Pró-Capital, capitalizado com base numa taxa anual fixa de 8%.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "L.L.M.M.", "Sturbs.", and a signature with the number "67" below it.

Fresk d'Gustin

A Fresk d' Gustin foi criada em 2017 com um Capital Social realizado de mESC 52.930, tem como objeto social, Indústria de conservação de pescado.

Em agosto de 2023, a Sociedade estabeleceu um Acordo Parassocial com Fresk d' Gustin, para a realização de uma participação de 18.89% no capital dessa entidade, pelo montante total de mESC 10.000, o qual foi integralmente realizado com assinatura do contrato.

No âmbito do acordo parassocial, ficou estabelecido que a Sociedade detém uma opção de venda da sua participação à empresa participada e solidariamente aos seus sócios, a partir de julho de 2028. O preço de venda será determinado por auditor independente, não podendo, contudo, ser inferior ao valor da participação inicial (valor de entrada) da Pró-Capital, capitalizado com base numa taxa anual fixa de 6%.

6. ATIVOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

	mESC	
	2023	2022
A Promotora	(i) 7.719	95.700
Fundo Soberano de Investimento	(ii) 100.000	-
	107.719	95.700

(i) A Promotora

O saldo da rubrica compreende as 120 000 ações da A Promotora cedidas à Pró-Capital pelo Estado de Cabo Verde em maio de 2020, com valor nominal de mESC 120 000, no âmbito do Contrato de Cessão da Participação Social, registadas por contrapartida de Outros Instrumentos de capital (ver Nota 16), deduzido do reembolso parcial do capital social efetuado pela A Promotora aos acionistas, tendo a Pró-Capital recebido o montante de mESC 24.300 e mESC 87.981 em 2022 e 2023, respetivamente. A Promotora encontra-se em fase de liquidação e perspectiva-se, com a venda dos ativos remanescentes em curso à data do balanço, um encaixe financeiro na Pró-Capital equivalente ao montante das ações em carteira em 31 de dezembro de 2023, destinado ao aumento do capital social da Sociedade.

(ii) Fundo Soberano de Investimento

Compreende 100 000 Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital (TRMC), com valor nominal de 1 000 CVE, destinados à capitalização do Fundo Soberano de Garantia de Investimento Privado (FSGIP). Os TRMC são títulos nominativos perpétuos, livremente transacionáveis, emitidos pelo Estado, cujo valor global de emissão é igual ao valor do capital social do Fundo e cuja titularidade confere direito à distribuição de dividendos após apuramento dos resultados anuais do Fundo.

68

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Glanis" and a large signature.

7. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

A rubrica é integralmente constituída por títulos de dívida de emissores nacionais e apresenta a seguinte composição:

	mESC	
	2023	2022
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Títulos Emitidos por Outros Residentes		
Obrigações do IIB	(i) 60 000	
Obrigações CVFF	(ii) 6 998	
Obrigações Banco BAI de Cabo Verde	(iii) 21 249	21 249
Juros a receber	70	20
	88 317	21 269

(i) referem-se às obrigações IIB no valor de mESC 60 000 adquiridas em dezembro de 2023, com maturidade de 3 anos, tendo vencido juros à taxa anual de 3,5%.

(ii) referem-se às obrigações CVFF no valor de mESC 6 998 adquiridas em novembro de 2023, com maturidade de 1 ano, tendo vencido juros à taxa anual de 4%.

(iii) referem-se às obrigações do Banco BAI de Cabo Verde no valor de mESC 21 249, adquiridas em dezembro de 2019, com maturidade de 6 anos, vencendo juros à taxa anual crescente de 4% a 5,50%. O juro das obrigações em 202 ascendeu a mESC 88 (2022: mESC 881) (ver Nota 17).

8. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica compreende os equipamentos de laboratório recebidos da Iramar Clinic em 2022, como contrapartida do desinvestimento no capital dessa entidade e reembolso do suprimento, no montante total de mESC 10 647 (ver Notas 5 e 12), deduzido do montante de mESC 5 695 respeitante as vendas dos equipamentos ocorridas até 31 de dezembro de 2023. Perspetiva-se com a venda dos restantes equipamentos um encaixe financeiro na Pró-Capital equivalente ao valor dos equipamentos registados à data do balanço.


 69


9. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos na rubrica de “Outros ativos tangíveis” decompõem-se como segue (em mESC):

	Mobiliário e material de escritório	Máquinas e ferramentas	Equipamento informático	Equipamento de transporte	Equipamento de transmissão	Total geral
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2022						
Valor de aquisição	950	122	1 536	5 591	8	8 208
Depreciação acumulada	(310)	(51)	(834)	(1 930)	(8)	(3 133)
Valor escriturado	640	71	702	3 662	-	5 075
VARIAÇÕES EM 2022						
Valor líquido inicial	640	71	702	3 662	-	5 076
Aquisições	38	-	501	-	53	592
Alienações-valor de aquisição	(36)	-	(69)	-	-	(105)
Alienações-depreciações acumuladas	14	-	50	-	-	64
Depreciação do exercício	(245)	(26)	(587)	(798)	(1)	(1 657)
Valor líquido	411	45	596	2 864	52	3 968
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022						
Valor de aquisição	953	122	1 968	5 591	60	8 694
Depreciação acumulada	(541)	(77)	(1 372)	(2 728)	(9)	(4 727)
Valor escriturado	411	45	596	2 863	52	3 968
VARIAÇÕES EM 2023						
Valor líquido inicial	411	45	596	2 863	52	3 968
Depreciação do exercício	(103)	(26)	(371)	(798)	(5)	(1 303)
Valor líquido	309	20	225	2 065	47	2 665
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023						
Valor de aquisição	953	122	1 968	5 591	60	8 694
Depreciação acumulada	(644)	(103)	(1 742)	(3 527)	(14)	(6 030)
Valor escriturado	309	20	225	2 065	47	2 665

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

A rubrica compreende o sistema de tratamento de dados (software) no montante de mESC 1 229 (2022: mESC 1 229), líquido de amortizações acumuladas de mESC 1.170 (2022: mESC 1.070), sendo mESC 100 (2021: mESC 273) as amortizações do exercício.

Handwritten signature: *Glândis*
 Handwritten signature: *[Signature]*
 Handwritten signature: *[Signature]*
 Handwritten signature: *[Signature]*

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

O saldo desta rubrica decompõe-se conforme segue:

		<u>Saldo em</u> <u>31-12-2022</u>	<u>Movimentos em 2023</u> <u>Aquisições</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2023</u>
Investimentos em associadas				
Fundo Pró-Impacto	(i)	-	1 000	1 000
ICP - Sociedade de Gestão Financeira	(ii)	400	-	400
		<u>400</u>	<u>1 000</u>	<u>1 400</u>

(i) Fundo Pró-Impacto

O Fundo denominado de Pró-Impacto, resulta de uma parceria público-privada entre a Pró-Capital, o veículo de capital de risco do Governo de Cabo Verde, a WATIH, plataforma de trading e investimento para África Ocidental, financiada pela USAID, o Banco Mundial e a Injaro Investments Limited.

(ii) ICP – Sociedade de Gestão Financeira

Compreende a participação detida no capital social da ICP – Investment Capital Partner – Sociedade de Gestão Financeira, o correspondente a 10% do capital social da entidade.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "Fundos" and a signature.

12. OUTROS ATIVOS

O saldo decompõe-se como segue:

		mESC	
		2023	2022
Devedores e outras aplicações	(A)		
Suprimentos			
HappyDay	(i)	10 000	10 000
Brazão & Filhos	(ii)	2 000	-
Pró-taxi	(iii)	1 500	
		13 500	10 000
Outros devedores diversos			
Adiantamento a Fornecedores			
NOSI		28	
Santanton Art Resort		0	0,4
Outros		3 575	3 978
		3 603	3979
Outros rendimentos a receber-comissões	(B)		
ACE-Pró-Taxi		2 244	1 726
HappyDay		5 067	3 677
Soncent INN		1 356	649
Brazão & Filhos		1 138	269
Atelier do Pão		146	38
DM Indústria		1 046	-
Complexo de pesca		976	
Fresk D'Gustin		228	-
		12 202	6 358
Outros juros e rendimentos similares- suprimentos			
HappyDay		450	450
Despesas com encargo diferido			
Seguros		32	9
Outros		42	38
Outros créditos e valores a receber		199	
		273	47
Perdas por imparidades acumuladas	(i)	(7 913)	(2 725)
		22 116	18 108

A – Suprimentos

(i) Hotel Happy Day

O saldo corresponde ao suprimento concedido pela Sociedade à participada Hotel Happy Day, destinado a financiar o término da construção e apetrechamento do Hotel. Vence juros à taxa capitalizada de 3% ao ano e o capital em dívida era objeto de reembolso integral no prazo máximo de 18 meses, a contar da data da assinatura do respetivo contrato, 22 de dezembro de 2020. O saldo foi objeto de ajustamento por imparidade, pelo montante de mESC 7 913.

(ii) BRAZÃO & FILHOS

O saldo corresponde ao suprimento concedido pela Sociedade à participada BRAZÃO & FILHOS. Vence juros à taxa capitalizada de 3% ao ano e o capital em dívida é objeto de reembolso integral no prazo máximo de 18 meses, a contar da data da assinatura do respetivo contrato, 28 de agosto de 2023.

glanfus. *E. L. M. M.*

72 *[Signature]* *[Signature]*

(iii) ACE – Pró-Táxi

O saldo corresponde ao suprimento concedido pela Sociedade à participada ACE- Pró-táxi. Vence juros à taxa capitalizada de 3% ao ano e o capital em dívida é objeto de reembolso integral no prazo máximo de 18 meses, a contar da data da assinatura do respetivo contrato, 28 de setembro de 2023.

B – Outros rendimentos a receber – comissões

O saldo corresponde à comissão de gestão a receber das participadas à data do balanço, conforme acordado entre as partes (ver Nota 5).

13. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 2022, o saldo compreendia a parcela remanescente de um empréstimo, no montante de mESC 5 591, contratado em julho de 2019 junto ao Banco Comercial do Atlântico, destinado à aquisição de duas viaturas. Venceu juros à taxa de 6% e foi reembolsado em 49 prestações, tendo sido a última em julho de 2023.

14. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTE

Os prejuízos fiscais resumem-se como segue (em mESC):

	m ESC				
	2023	2022	2021	2020	2019
Resultado antes de imposto	(21 189)	(23 677)	(25 785)	(26 798)	(15 847)
A adicionar:					
Despesas de representação	7	4	-	9	17
Tributação autónoma	1	0	71	106	46
Correções relativas a tributações anteriores	0	205	17	46	-
Depreciações e Amortiz. Fora dos termos previsto no IRPC	126	341	437	552	120
30 % gasto com viaturas ligeiras de passageiros	404	432	410	383	172
Crédito de imposto de retenção na fonte	86	122	36	89	-
A deduzir:					
Outras correções	(1 057)	(1 941)	(2 258)	(1 708)	(120)
Resultado fiscal do exercício	<u>(21 621)</u>	<u>(24 514)</u>	<u>(27 073)</u>	<u>(27 321)</u>	<u>(15 612)</u>
Taxa de imposto					21,44%
Ativo por imposto diferido					<u>(24 901)</u>

O reporte fiscal acumulado totaliza mESC 116 142 e os respetivos Impostos diferidos ativos ascendem a mESC 24 901, os quais não foram registados devido à imprevisibilidade da sua recuperação dentro do período de reporte fiscal.

73



15. OUTROS PASSIVOS

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2023	2022
<u>Encargos a pagar:</u>		
Subsídio de férias	1 454	1 454
Gastos gerais administrativos	49	80
	<u>1 503</u>	<u>1 534</u>
<u>Outras exigibilidades:</u>		
Previdência social	313	310
Imposto sobre o Rendimento – Retenções na fonte	230	185
SOAT - Seguradora	-	2
	<u>543</u>	<u>498</u>
<u>Outros credores:</u>		
Donativos recebidos	386	512
Outros credores	(607)	258
	<u>(221)</u>	<u>769</u>
	<u>1 824</u>	<u>2800</u>

Donativos recebidos

O saldo da rubrica corresponde ao valor dos ativos fixos tangíveis recebidos em outubro de 2019 da SDE – Sociedade de Desenvolvimento Empresarial, no montante de mESC 1 962, líquido das respetivas compensações de depreciações acumuladas no montante de mESC 1 576, dos quais mESC 126 referentes ao exercício de 2023 (ver Notas 9 e 19).

16. CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2023 e 2022 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social da Pró-Capital em 2023 e 2022, integralmente realizado, está representado por 775 792 e 551 000 ações, respetivamente, com o valor nominal de ECV 1 000 cada e é detido pelo Estado de Cabo Verde.

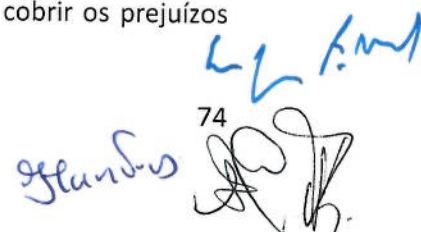
Em agosto de 2022 houve a realização do remanescente do capital social no montante de mESC 218.825 e em março de 2023, o Acionista Único Estado procedeu ao aumento e realização imediata do capital social da Sociedade, no montante de mESC 224 792 por incorporação de fundos oriundos do Banco Mundial.

De acordo com a lei e os estatutos, pelo menos 10% do resultado líquido anual deverá ser afeto à constituição da Reserva legal até que se atinja, no mínimo, 20% do capital social.

As reservas legais só podem ser utilizadas para (i) cobrir a parte do prejuízo registado no balanço de cada exercício que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas, (ii) cobrir os prejuízos

74

glauco




transitados de exercícios anteriores que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) incorporação no capital estatutário.

A rubrica de outros instrumentos de capital compreende (i) mESC 100 031 por incorporação dos fundos oriundos do Banco Mundial no âmbito do projeto de melhoria do acesso ao financiamento e (ii) mESC 120 000 respeitante às ações da A Promotora, cedidas à Pró-Capital pelo Estado de Cabo Verde em 2020, registadas em contrapartida de Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 6). Os montantes destinam-se ao aumento do capital social, cuja escritura ainda não foi realizada à data do balanço, razão pela qual se encontram registados em Outros instrumentos de capital próprio. Os movimentos ocorridos na rubrica decompõem-se como segue:

	<u>mESC</u>
Saldo a 31 de dezembro de 2021	<u>120 000</u>
Fundos oriundos do Banco Mundial	293 593
Realização de capital social	(218 750)
Outros	<u>693</u>
Saldo a 31 de dezembro de 2022	<u>195 536</u>
Fundos oriundos do Banco Mundial	249 190
Realização de capital social	(224 792)
Outros	<u>98</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>220 031</u>

O resultado líquido negativo do exercício de 2022, no valor de mESC 23 677, foi transferido para Resultados transitados.

fundos.
 E.L.M.
 75


17. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

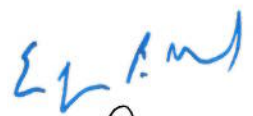
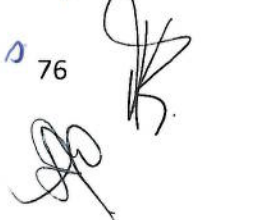
	mESC	
	2023	2022
Juros e rendimentos similares		
Juros de Outros Créditos e valores a receber - titulados		
· Títulos da dívida pública - obrigações do tesouro	-	477
· Títulos dos outros residentes - obrigações Banco BAI CV	868	881
· Títulos dos outros residentes - obrigações CVFF	26	
· Títulos dos outros residentes - obrigações Banco IIB	18	
Outros	-	450
	<u>912</u>	<u>1 808</u>
Juros de aplicações em instituições de crédito		
BANCO BAI CV	875	5 380
BANCO BCN	8 842	
BANCO IIB	2 349	
	<u>12 978</u>	<u>7 189</u>
Juros e encargos similares		
Juros de empréstimos bancários	32	163
	<u>32</u>	<u>163</u>
	<u>12 946</u>	<u>7 098</u>

O aumento dos Juros e rendimentos similares deve-se aos rendimentos provenientes da constituição do depósito a prazo no BCN e IIB (ver Nota 4).

18. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica apresenta a seguinte composição.

	mESC	
	2023	2022
Rendimentos de serviços e comissões	5 844	5 150
Encargos com serviços e comissões	250	38
	<u>5 594</u>	<u>5 112</u>


 Glória 76


19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	mESC	
	2023	2022
Outros proventos de exploração		
Subarrendamento do escritório à ICP	(i) 2 860	-
Donativos recebidos (ver Nota 16)	126	341
Outros	-	389
	2 986	730
Outros custos de exploração		
Outros impostos	(216)	(342)
Multas e Outras penalidades	(63)	-
	(279)	(342)
Outros resultados de exploração	2 707	388

- (i) Compreende as rendas cobradas à Investment Capital Partner, ICP, Sociedade de Gestão Financeira, S.A., pelo subarrendamento de parte da fração AP no BAI Center, nos termos do Contrato de Subarrendamento Comercial assinado entre as partes em dezembro de 2022.

20. CUSTO COM PESSOAL

A rubrica tem a seguinte composição:

	mESC	
	2023	2022
Remunerações de Colaboradores	10 453	10 453
Remunerações do Conselho de Administração	6 867	6 867
Previdência Social Empregados	1 672	1 672
Previdência Social Administração	970	970
Remunerações Fiscal Único	360	360
Remunerações dos Membros da AG	114	114
Outros	-	-
Encargos sociais obrigatórios	55	55
	20 491	20 027
Número médio de funcionários	9	9


 77


21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A rubrica tem a seguinte composição:

	mESC	
	2023	2022
Serviço especializados	4 197	2 298
Rendas e Aluguer	3 095	1 870
Despesas de representação, deslocação e estadias	1 714	1 424
Publicidade e edição de publicações	1 038	755
Patrocínios	896	-
Consultores e Auditores Externos	757	1 325
Água e eletricidade	723	531
Comunicações e despesas de expedição	437	436
Formação	418	295
Combustíveis	360	359
Outros fornecimentos de terceiros	356	144
Impressos e material de consumo corrente e outros	242	242
Conservação e reparação	236	303
Seguros	98	141
Transporte	71	213
Material de limpeza e higiene	49	12
Serviços judiciais e notariado	38	49
Material para assistência e reparação	-	-
Outros	628	1 198
	15 353	11 595

Serviços especializados

O aumento de mESC 1 899 em 2023 comparativamente ao período homologado deve-se, a contratação de duas empresas, uma de prestação de serviços de renovação do Website e outra de produção do novo vídeo institucional da Pró-Capital.



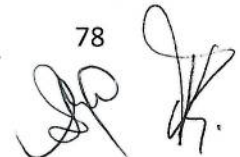
Rendas e Aluguer

O aumento de mESC 1 225 em 2023 comparativamente ao período homologado deve-se a mudança de escritório, para uma fração maior e com alteração do valor da renda, em finais de dezembro de 2022.

22. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO

O resultado por ações básico é calculado dividindo o resultado atribuível ao acionista pelo número médio ponderado de ações, atendendo que o capital foi realizado em março de 2023 e agosto de 2022, respetivamente.

	mESC	
	2023	2022
Resultado atribuível aos acionistas(m ESC)	(21 189)	(23 677)
Nº médio ponderado de ações	728 960	405 167
Resultado por ação básico (ESC)	(29)	(58)


 78



23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações ocorridos em 2023 e 2022 entre a Sociedade e as partes relacionadas resumiram-se como segue (em mESC):

	2023						
	Balança			Demonstração de resultados			
	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (ver Nota 4)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 5)	Outros activos (ver Nota 12)	Activos não correntes detidos para venda (ver Nota 8)	Outros passivos (ver Nota 16)	Rendimentos com serviços e comissões (ver Nota 19)	Outros resultados de exploração (ver Nota 20)
Agrupamento A.C.E Pró - Taxi	9 200	-	2 244	-	-	518	-
Hotel Happyday, Sociedade	25 000	-	15 517	-	-	1.390	-
A Promotora	-	7 719	-	-	-	-	-
SONCENT INN & SUITES, SA	14 000	-	1.356	-	-	708	-
Atelier do Pão	2 457	-	146	-	-	108	-
Brazão & Filhos - Agropec	13 000	-	1.138	-	-	869	-
Sociedade Complexo de Pesca São N	20 000	-	-	-	-	976	-
DM - Indústrias, Lda	22 053	-	-	-	-	1.046	-
Fresk d'Gustin	10 000	-	-	-	-	228	-
ICP- SOCIEDADE DE GESTÃO	-	-	-	-	-	-	-
IRAMAR CLINIC SA	-	-	-	4 977	-	-	-
Fundo Pró- Impacto	-	-	-	-	-	-	-
Fundo Soberano de Investimento	-	-	-	-	-	-	-
	115 710	7 719	20 401	4 977	-	5 844	-

	2022						
	Balança			Demonstração de resultados			
	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (ver Nota 4)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 5)	Outros activos (ver Nota 12)	Activos não correntes detidos para venda (ver Nota 8)	Outros passivos (ver Nota 16)	Rendimentos com serviços e comissões (ver Nota 19)	Outros resultados de exploração (ver Nota 20)
Agrupamento A.C.E Pró - Taxi	9 200	-	1 726	-	-	518	-
Hotel Happyday, Sociedade	25 000	-	14 127	-	-	3.677	-
A Promotora	-	95 700	-	-	-	-	-
SONCENT INN & SUITES, SA	8 000	-	649	-	-	649	-
Atelier do Pão	2 457	-	38	-	-	38	-
Brazão & Filhos - Agropec	9 621	-	269	-	-	269	-
Estado de Cabo Verde	-	-	-	-	-	-	-
ICP- SOCIEDADE DE GESTÃO	-	-	-	-	(2.800)	-	341
IRAMAR CLINIC SA	-	-	-	4 952	-	-	-
	54 278	95 700	16 808	4 952	(2.800)	5 150	341

24. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Não são conhecidas outras responsabilidades e contingências além das referidas nas Notas anteriores.

25. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais e auditores decompõe-se como segue:

	mESC	
	2023	2022
Administradores e Diretores	6 867	6 848
Fiscal Único	360	150
Auditores	475	590
	7 702	7 588



 79


26. CATEGORIAS

	mESC				Total 31/12/2023
	Ativos financeiros		Passivos financeiros		
	Ao custo amortizado	Ao justo valor através de resultados	Ao justo valor através de outro rendimento integral	Ao custo amortizado	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	30				30
Disponibilidades em outras instituições de crédito	45 783				45 783
Aplicações em instituições de crédito	495 289				495 289
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		115 710			115 710
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			7 719		7 719
Ativos financeiros ao custo amortizado	88 317				88 317
Ativos não correntes detidos para venda	4 977				4 977
Outros ativos tangíveis	2 665				2 665
Ativos intangíveis	59				59
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	101 400				101 400
Ativos por impostos correntes	272				272
Outros ativos	22 116				22 116
Recursos de outras instituições de crédito				-	-
Passivos por impostos correntes				1	1
Outros passivos				1 823	1 823

	mESC				Total 31/12/2022
	Ativos financeiros		Passivos financeiros		
	Ao custo amortizado	Ao justo valor através de resultados	Ao justo valor através de outro rendimento integral	Ao custo amortizado	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	30				30
Disponibilidades em outras instituições de crédito	136 858				136 858
Aplicações em instituições de crédito	322 040				322 040
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		54 278			54 278
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			95 700		95 700
Ativos financeiros ao custo amortizado	21 269				21 269
Ativos não correntes detidos para venda	4 952				4 952
Outros ativos tangíveis	3 968				3 968
Ativos intangíveis	159				159
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	400				400
Ativos por impostos correntes	272				272
Outros ativos	18 108				18 108
Recursos de outras instituições de crédito				806	806
Passivos por impostos correntes				0	0
Outros passivos				2 800	2 800

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

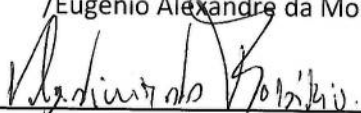
Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

O Conselho de Administração

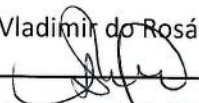
Presidente


 /Eugénio Alexandre da Moeda/

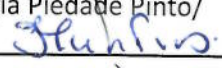
Administrador


 /Vladimir do Rosário/

Administrador


 /Ligia Piedade Pinto/

O Técnico Oficial Contas


 /Maria Idalsisa/